

# Cadernos Fecomercio de Economia

Número 18 - Outubro de 2006



## Inserindo o Brasil no Mundo

Modelos, Aliados e Parceiros:  
Que lugar ocupar no mundo?

**FECOMERCIO**

Cadernos Fecomercio de Economia  
Número 18 - Outubro de 2006

### **Inserindo o Brasil no Mundo**

Modelos, Aliados e Parceiros:  
Que lugar ocupar no mundo?

Iniciativa: Conselho de Relações Internacionais  
Presidente de honra: Rubens Ricúpero  
Responsável Técnico: Mário Marconini  
Presidente Executivo do Conselho de Relações Internacionais da FECOMERCIO  
Economista e especialista em negociação internacional no âmbito do Gatt e da Organização Mundial do Comércio (OMC)



Federação do Comércio do Estado de São Paulo  
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - 5º andar  
Tel.: (11) 3254-1700 - Fax.: (11) 3254-1674/75  
CEP: 01313-020 - São Paulo - SP

***www.fecomercio.com.br***

***e-mail: cadernos@fecomercio.com.br***

Presidente:  
Abram Szajman

Diretor Executivo  
Antônio Carlos Borges

Diretora  
Assessoria Econômica  
Fernanda Della Rosa

Design Gráfico  
AM&F - Informática

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo se reserva os direitos autorais dos trabalhos produzidos, cuja reprodução, não obstante, poderá ser autorizada desde que citada a fonte.

Esse trabalho não retrata, necessariamente, a posição da Fecomercio sobre o tema apresentado.

## APRESENTAÇÃO

O projeto Inserindo o Brasil é uma iniciativa da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do seu Conselho de Relações Internacionais, cujo presidente de honra é o embaixador Rubens Ricupero. O presidente executivo é o economista Mario Marconini, e especialista em negociação internacional, primeiro no extinto Gatt e depois na Organização Mundial do Comércio, e que também foi secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento.

O objetivo deste Projeto, na forma de um ciclo de debates e estudos, com o apoio da Ordem dos Economistas do Brasil, é propor alternativas adequadas que favoreçam a inserção do Brasil no cenário mundial em razão da grandeza de sua economia, população e dimensão geográfica.

Neste segundo encontro foi discutido o tema “Modelos, Aliados e Parceiros – Que Lugar Ocupar no Mundo?”, a partir de um trabalho redigido pelo diretor do Departamento de Cooperação do Ministério da Defesa, professor Antônio Jorge Ramalho da Rocha. O debate foi conduzido pelo presidente executivo do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio, Mário Marconini, com a participação do professor e cientista político Amaury de Souza, da MCM Consultores, da pesquisadora e professora do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Lia Valls Pereira e do assessor internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia. O presidente da Fecomercio Abram Szajman não participou, por motivo de força maior.

## MÁRIO MARCONINI: “Aliados, parceiros, modelos é um tema difícil”

Saúdo-os em nome do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio, da Fecomercio e do presidente Abram Szajman. Este é o segundo evento da série *Inserindo o Brasil no Mundo*. Nossa intenção é falar da inserção do Brasil, importante no nosso cotidiano. É um tema complexo, porque trata de comércio e investimentos, da política externa, da política social, das diversas políticas públicas do País.

Nossa primeira reunião teve o título de *Nexo-Comércio e Investimento em Tecnologia*. Abordamos, ali, um dos aspectos de inserção do País - a questão comercial e econômica - com a presença de João Alberto De Negri, do IPEA, que apresentou um excelente *papper* sobre o tema, com resultados e propostas. Foram debatedores o economista-chefe do Bradesco, Dr. Octávio de Barros e Luciano Coutinho, da LCA Consultores. Foi uma boa discussão porque um tem uma visão mais macroeconômico-financeira; o outro, a microeconômico-produtiva e, por isso, houve um impasse, porque para Octávio há sempre restrições fiscais e, para Luciano, o País não agüenta mais restrição fiscal. O palestrante de honra, Delfim Netto, em sua síntese englobou os dois pontos de vista. Tecnologia, desenvolvimento e pesquisa são temas importantes. E, independente das restrições fiscais, é preciso ser criativo, sofisticado e saber buscar recursos. Nós não fizemos o suficiente até agora, pois o Brasil briga e perde essa batalha em nível internacional. De nossa parte, devemos debater, discutir e, de todos estes encontros, produzir um documento propositivo que será entregue ao novo governo. Primeiro, saúdo nossos palestrantes e nosso convidado de honra, o professor Marco Aurélio, que fez um grande esforço para estar aqui. Veio a São Paulo só para essa palestra, e retorna a Brasília.

*Aliados, Parceiros, Modelos* é um tema muito difícil, mas o professor Antônio Jorge produziu um *paper* brilhante. Quando falamos em países do mundo, o que na verdade queremos fazer com esses países. Em alguns casos, podem ser aliados políticos; em outros, parceiros comerciais, ou apenas modelos, ou não devem ser coisa nenhuma, talvez apenas manter boas relações com eles. Um dos grandes méritos do *papper* do Antônio Jorge é o de justamente transitar em todas essas áreas e, também, colocar o próprio conceito de Nação-Estado - um conceito antigo, quase retrógrado, pois deveríamos focar a questão de redes.

Um trecho do seu trabalho é importante: *“A maior internacionalização de setores específicos, no Brasil, deveu-se à liderança de executivos visionários e a fortuitas conjunções e circunstâncias favoráveis no plano internacional, com a possibilidade de aproveitamentos de vantagens comparativas do País. Assim, embora no plano retórico a política externa brasileira se colocasse a serviço do desenvolvimento nacional, sua contribuição para isso foi modesta, assim como a de outras políticas públicas, com raras exceções. Deve-se ter presente, contudo, que essa internacionalização da economia que ocorreu não se deu de forma articulada, em função de uma estratégia governamental de longo prazo que estabelecesse metas a alcançar e estratégias a perseguir.”* Ou seja, em vez de sermos o agente ativo, de certa forma fomos atropelados pela internacionalização.

## ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA: “A desconexão dos estados nacionais”

É uma honra discutir algumas idéias e trazer para este fórum contribuições que a academia, na área de relações internacionais, no Brasil e fora, produziu para nos ajudar a dar sentido à realidade. Divido a mesa com pessoas com quem sempre aprendi, nos contatos diretos e por meio dos seus textos.

Na verdade procurei dar continuidade ao debate anterior, com ênfase no processo de inserção internacional do Brasil do ponto de vista de agentes e estruturas. Da leitura do texto anterior, procurei tirar o foco dos problemas internos apenas do Brasil e chamar atenção para o fato de que são problemas da atual conjuntura internacional, de um processo evolutivo relativamente recente e que nos diz respeito diretamente.

O argumento central é de que existe, de fato, uma desconexão entre como o mundo se organiza na forma de organizações de Estados nacionais e o modo como formulamos as nossas políticas. Isso é um problema nosso e dos Estados nacionais em seu conjunto, de um lado. Ou seja, o Estado nacional está baseado na infra-estrutura institucional e nos diferentes arcabouços normativos disponíveis para se fazer política. Só que o mundo, propriamente dito, funciona em partes. Essa é apenas uma parte do mundo, é só uma das redes que integram as relações internacionais contemporâneas, o mundo dos Estados e das organizações internacionais. Outras redes também integram e fomentam processos internacionais importantes, que se misturam ao mundo dos Estados e não são contempladas por esse arcabouço normativo, por normas e leis que dispomos para implementar políticas públicas. O argumento central é justamente esse: é preciso ter em mente e levar em consideração também o papel desses outros agentes no contexto internacional.

Meu texto tem o cuidado de utilizar exemplos de fora do Brasil. É clara a visão de quais seriam, basicamente, duas aproximações conceituais quanto à análise das relações internacionais contemporâneas. Há uma visão de sistema e uma visão de sociedade. Entre os autores tidos como idealistas nas relações internacionais, ainda prevalece uma visão de sistema internacional, um sistema de Estados organizados em instituições supranacionais, e em organizações interestatais que estabelecem as regras. A OMC, por exemplo, ilustra isso melhor do que qualquer outra organização. São os Estados nacionais que definem as regras do jogo para dentro, baseados na presunção de que existe uma clara distinção entre o ambiente interno, hierarquizado, com funções diferenciadas, etc., e o ambiente internacional, segundo a literatura, anárquico.

Não existem relações de autoridade, existem apenas relações de poder e de interesses no ambiente internacional. Presume-se que exista essa clara distinção entre o interno e o externo. É dessa maneira que ainda se faz boa parte da análise das relações internacionais, e as normas, à nossa disposição para implementar políticas, se fundamentam nessa presunção -não propriamente verdadeira quando se olha para o mundo real, o mundo de uma sociedade internacional com normas e dinâmicas próprias que permitem a evolução de diferentes processos internacionais. O crucial é entender que existem relações de poder e relações de autoridade.

Parece óbvio, mas é importante salientar pelo menos a distinção entre esses dois conceitos. Falar da relação de poder é tratar da imposição da vontade de um a outros, pela ameaça ou promessa de benefícios, o famoso “*chicote-cenoura*”.

Também existe outra relação, a de autoridade, que se combina com o chicote e a cenoura. A grande pergunta dos cientistas políticos é: por que alguém aceita se submeter, motu proprio, a outrem? As respostas mais tradicionais vão à linha weberiana: o Estado estabelece a sua autoridade pela tradição, e as pessoas obedecem porque estão acostumadas a obedecer, ou pelo padrão racional legal, que prevalece atualmente. A cada quatro anos, realiza-se uma eleição e esse é um processo de legitimação da autoridade. Isso nos faz aceitar pagar impostos mesmo sem gostar disso. Entendemos que faz parte de uma necessidade da vida em comunidade. O terceiro padrão de legitimação de autoridade, e que distingue o *poder* da *autoridade*, é a aceitação da dominação pelo dominado, é o carisma. As pessoas acreditam que determinados indivíduos são capazes de liderar e aceitam segui-los porque quando se organizam em grupos é da natureza humana atuar dessa maneira. Isso se dá não apenas entre Estados. Presume-se que quando se trata de um sistema internacional e se olha para o contexto internacional como um sistema, esse tipo de relação não exista entre os Estados e um Estado não lidera outros. Isso não é verdade do ponto de vista histórico. Há relações diferenciadas e não apenas interesses entre os Estados. A preocupação dos EUA com a possibilidade de a Coréia do Norte ou o Irã desenvolverem armamento nuclear se relaciona à idéia e imagem que os Estados Unidos têm da Coréia do Norte e do Irã. Uma preocupação que não têm em relação ao Canadá, Grã-Bretanha e a outros países aliados. Isso significa que a relação entre eles não é uma relação igual, homogênea, como se presume nesse tipo de literatura, em que o amigo de hoje pode ser o inimigo de amanhã. Historicamente não é o que se observa. É preciso também entender o contexto internacional como uma sociedade em que as relações de amigo e inimigo, e de rivalidade, por exemplo, se estabelecem no contexto internacional como um padrão.

A grande novidade dessa dicotomia de pensar o mundo como relações de Estados nacionais, de um lado, e pensar o mundo como redes intercaladas, de outro lado, é que isso não se dá apenas entre os Estados nacionais. Agentes são também as empresas transnacionais, organizações internacionais e não-governamentais que se organizam em redes. A legal, que é a rede dos Estados nacionais e que se trata de um jogo que conhecemos bem, com organização, regras sabidas para todos os Estados, etc. Há também um processo de organização que corre à margem dos Estados nacionais: empresas transnacionais, por exemplo, com a sua própria bandeira, cultura, universidade, “política de pessoal” e assim por diante. Com regras próprias até para fazer trocas entre os vários nódulos dessas redes, sem que seja ilegal, e nem por isso plenamente conhecido dos Estados nacionais. Elas se organizam de tal forma que os principais fluxos e processos, isto é, fluxo de informação, de recursos humanos, de recursos financeiros, tecnológicos, de bens e serviços acontecem à margem dos Estados, que sequer ficam sabendo. Por exemplo, na parte posterior de um telefone lê-se que as peças e componentes foram produzidos em uma dúzia de países. Não é preciso saber aonde foi produzida cada peça. E os Estados dispensam essa informação, embora a queiram para taxar da melhor maneira.

Há um processo de maior autonomia, de maior capacidade de impor e de traçar as suas próprias estratégias por agentes não estatais. Alguns desses agentes não estatais têm boas

intenções e atuam para produzir resultados positivos para as sociedades. Outros desses agentes não estatais têm intenções diferentes. Estes se organizam em um terceiro tipo de rede, que é uma rede ilegal. Aí, sim, temos o crime transnacional, os ilícitos transfronteiriços, tráfico de armas, de entorpecentes, etc. No começo de meu texto, chamo a atenção para o fato de que o próprio chanceler Celso Amorim já disse: na América do Sul estamos tentando construir uma integração dos Estados nacionais com o objetivo de combater ameaças comuns. A integração entre tráfico de drogas e tráfico de armas já existe na América do Sul. Não gostamos disso, mas é uma realidade. Essa rede paralela e os seus processos não se desenvolvem totalmente à margem do Estado, mas se misturam com o Estado. Em alguns países, esses líderes fazem campanhas, elegem representantes, corrompem funcionários públicos, etc. No Brasil nós não temos esse problema, então podemos ficar mais tranquilos.

A rede dos Estados nacionais de que nós nos ocupamos, é a rede com base na qual organizamos nossos discursos, nossas propostas políticas e, importante, é preciso participar. Mas como isso é só uma parcela da realidade, as outras parcelas desta mesma realidade precisam ser consideradas na implementação de políticas públicas, se quisermos políticas públicas eficazes, de produzir resultados para o País em seu conjunto. Nosso encontro, aqui, é uma evidência da maior participação na sociedade brasileira de agentes não estatais. Em princípio, do ponto de vista da análise tradicional das relações internacionais, não seria de se esperar que uma Federação tivesse esse tipo de preocupação. Mas tem, e é muito importante que tenha, pois isso diz respeito ao nosso cotidiano. O fato é que, no nosso caso, essa liberalização e maior abertura comercial se deu de maneira mais ou menos desordenada. Isso acontece a partir do governo Sarney, mas a grande abertura foi no governo Collor, fazendo a sociedade brasileira gradualmente se interessar por assuntos de política externa e, também, de defesa nacional.

Uma parte do meu trabalho, hoje, no Ministério da Defesa - e não falo em nome do Ministério da Defesa - é envolver a sociedade brasileira na discussão de temas relativos à defesa nacional, porque a maioria da academia brasileira ainda não acordou para esse assunto, apesar das experiências vividas em São Paulo, promovidas pelo PCC. E isso é um problema mundial, não só nosso. Essa desconexão, de um lado entre a organização do mundo apenas na forma de Estados nacionais e de organizações intergovernamentais e, do outro lado, a realidade dos processos econômicos, tecnológicos, culturais, educacionais, financeiros, comerciais e etc. em redes, é um problema que todos enfrentam.

É possível imaginar um *continuum* que iria de uma visão extrema do mundo dos Estados a uma visão extrema de uma sociedade em redes. Se depender da área das relações internacionais, haverá maior participação da sociedade e dos agentes não estatais, ou uma participação menor desses agentes. Quando se trata, por exemplo, de defesa propriamente dita, de negociar acordos de não proliferação de armas nucleares, de tecnologia nuclear, envolvem um círculo muito pequeno de pessoas do Estado. Mas se o assunto é meio ambiente, direitos humanos, comércio, a participação é cada vez maior. É também cada vez maior o número de agentes organizados que elaboram a agenda de discussão, participam politicamente fazendo *lobby* em outros países e não apenas junto ao seu próprio governo, mas atuando nas organizações internacionais, nas não-governamentais, nos Congressos, União Européia, etc. Com base nas

condições tecnológicas atuais, o **Greenpeace**, por exemplo, consegue articular uma ação em vários ambientes políticos distintos, de modo a colocar o seu tema na agenda. Outras organizações também são capazes disso.

## LIMITES DAS FRONTEIRAS

Quando se trata de limites territoriais perguntamos onde está, de fato, a fronteira? Quais os limites territoriais dos Estados Unidos? O Departamento de Estado e o Departamento de Defesa trabalham com as fronteiras políticas traçadas nos mapas. Mas o conceito de fronteira com que o **Office for Homeland Security** trabalha é o lugar onde se dá o encontro entre um agente situado na sociedade americana e um agente fora da sociedade americana. Os funcionários dessa agência burocrática americana, criada para a proteção interna é separada da missão precípua do Departamento de Defesa e do Departamento de Estado. Então, Estado e Defesa cuidam do que é externo e o Office for Homeland of Security cuida daquilo que é a proteção homely, a proteção doméstica. Estes funcionários fiscalizam os containeres nos portos de partida e não nos portos de chegada. Se exporto de Roterdam para os Estados Unidos, tenho que aceitar que um fiscal americano vistorie meu contêiner no porto de Roterdam. E por um contrato, ou um tratado, autorizo o governo americano a abordar o navio em águas internacionais, se por acaso surgir alguma informação, entre a saída e a chegada no porto, de que pode haver alguma ameaça terrorista que ponha em risco a sociedade americana. Aqui, a fronteira está projetada em Roterdam.

E isso acontece em todos os portos. É um problema que nos diz respeito. Os americanos não obrigam as pessoas a fazerem isso, mas dizem: ***“Se quiserem vender para o meu mercado, terão que vender sob essas condições, porque privilegio a segurança da minha população.”*** Neste caso, onde estão o externo o interno?

Outro exemplo, a **Internet**. Onde ocorrem os encontros entre o sistema financeiro e internacional? Os mercados off shore são um sistema em grande medida auto-regulado, sem um Banco Central que o controle. Por isso, o preço é mais barato, os custos de transação menores, e os riscos, maiores. É uma rede que corre paralela. Ninguém sabe onde acontece esse encontro no mundo virtual. Está em toda a parte, e não interessa exatamente qual servidor físico está sendo utilizado. Interessa é o processo em si. Segundo a área das relações internacionais, estamos mais próximos dessa clara definição do que é a jurisdição dos Estados e a coincidência dessa jurisdição com os limites territoriais, políticos, estabelecidos tradicionalmente, etc., que no caso da Europa costumam mudar com alguma freqüência. E, de outro lado, um mundo em redes em que essas jurisdições são menos claras e as relações de poder e de autoridade são mais espontâneas e ao sabor das vontades das partes.

De novo, um excelente exemplo do comércio: as grandes empresas recorrem cada vez mais à arbitragem internacional para resolver problemas, porque a arbitragem dispensa o direito internacional público em favor do direito internacional privado. Permite contratar especialistas no assunto, que em prazo de meses darão um parecer que será aceito. A alternativa tradicional seria recorrer e pressionar os governos para uma consulta junto à OMC. Mas no mundo dos



Estados leva anos, e não se sabe se será cumprido ou não. Cada vez mais os agentes privados dessa rede paralela, para-legal, estabelecem as suas próprias regras, que não deservem, nem descumprem, normas dos Estados, mas ocorrem à margem dos Estados.

Os certificados ISO são outro exemplo desse fenômeno. O que é o ISO? Um grupo de especialistas se organizou e afirmou ser capaz de dar um parecer dizendo quem segue os procedimentos administrativos adequados. As pessoas pagam por isso. Eles têm autoridade para fazer isso, porque há quem lhes dê essa autoridade e os reconheça nessa competência. Se Allan Greenspan criar um site e disser “vou dar consultoria”, a opinião dele vai ser ouvida, porque conquistou, com o seu trabalho, a autoridade para impor temas a uma agenda internacional. Esses processos hoje são muito mais fluídos e ocorrem ao longo do tempo nessas três dimensões, tanto no plano legal, aquele de que nós nos ocupamos mais freqüentemente, quanto nesse plano para-legal, quanto no plano menos conhecido por nós, ilegal, criminoso propriamente dito e os seus vários tráficos.

## LIBERDADE POSITIVA, LIBERDADE NEGATIVA

Chamo a atenção para esses dois conceitos: liberdade positiva e liberdade negativa. Esses conceitos são de Isaiah Berlin, que nos anos 50, em um belíssimo ensaio, disse que há dois tipos de liberdades fundamentais: a liberdade positiva, que é a lei que estabelece o que você pode fazer, então está escrito na lei. Ao ler a lei sei aquilo que é permitido. E a liberdade negativa, aquela esfera da atividade humana em que você pode atuar sem ninguém lhe dizer o que não pode fazer.

Estas duas liberdades se relacionam a culturas distintas. A cultura latina, em geral, procura prever tudo o que os agentes e os indivíduos podem fazer, e coloca isso na legislação. Ela procura, portanto, ir atrás daquilo que os indivíduos fazem. Mas a criatividade humana, a capacidade de inovação é tal que os indivíduos criam mercados, novas atitudes, novos procedimentos não previstos na lei. Até o sistema jurídico e o legislativo entenderem o que acontece, o mundo já se transformou. Nas últimas décadas, as transformações ocorrem num ritmo mais acentuado e as culturas que procuram regular tudo o que for possível não conseguem acompanhar a evolução dos acontecimentos. Na cultura anglo-saxã, se não fazem o que é expressamente proibido, devem ter a liberdade para ousar. As leis e o sistema jurídico usam bom senso, capacidade de interpretação e o caso a caso para avaliar se houve má-fé. Há, claro, erros no sistema jurídico deles, como os há no nosso. Mas se coloca uma espécie de camisa-de-força para o que as pessoas podem fazer, o que explica, em alguma medida, a maior capacidade de inovação dessas sociedades.

É um aspecto cultural que se revela também na estrutura tributária. Nesses países, a estrutura tributária é muito mais explícita, não há impostos embutidos, as pessoas sabem quanto pagam de impostos. Numa compra qualquer as pessoas sabem quanto do que pagam vai para o governo, porque prevalece a percepção de que se deve privilegiar o indivíduo, e de que o dinheiro do governo não é do governo e, sim, da população. Por meio de um governo, o Estado se apropriou daquele recurso para prover serviços; por isso, as pessoas querem saber quanto

pagam de impostos. Nas culturas latinas, - e no Brasil também - é o contrário, os impostos são embutidos. Eu desafio qualquer pessoa a dizer quanto paga de imposto. Nós só sabemos que é muito. É um problema muito sério, é parte do ambiente cultural em que estamos inseridos e que é preciso mudar. Mas como? Por meio de processos políticos. O primeiro passo é ter consciência de que na nossa cultura prevalece esse tipo de visão de liberdade, que não tem origem em uma herança histórica, mas passa pelo Estado. Nas culturas anglo-saxãs é o indivíduo o foco principal da sociedade. Ao Estado cabe atrair investimentos e criar condições para sua população ter condições de acesso a essas redes globais, dinâmicas e produtivas no contexto internacional. O problema não está em ameaças militares, mas nas ameaças difusas, na vulnerabilidade do País em relação a processos que podem ser deletérios para a segurança nacional. A questão não é preservar as riquezas e imobilizá-las, apropriando-se de um conhecimento e trancá-lo, mas integrando-as a culturas que permitam criar um ambiente produtivo e com maior tendência à inovação, com todos os aspectos positivos que a inovação possa trazer.

## E NA POLÍTICA EXTERNA?

Mas qual modelo adotar? Devemos pensar em termos de parceiros estratégicos ou em termos de áreas estratégicas? Esse debate foi proposto na linha de como se formula a nossa política externa. Isso não é uma crítica, mas é assim que nós pensamos a realidade internacional. Existem dois modelos: o tradicional, que se atém ao mundo dos Estados; e o modelo de redes, mas redes na sua forma complexa, nas três dimensões já citadas. Dependendo do modelo é possível fazer propostas, criar condições para políticas públicas específicas levarem a uma ou a outra direção. Talvez caminhar na direção de uma maior inserção da economia brasileira na economia internacional? Só que, agora, de maneira concertada, direcionada, com políticas públicas na área industrial, na área de ciência e tecnologia, de defesa e agrícola, e que se combinem com a política exterior, de modo a que o País escolha quais os setores de inovação que serão privilegiados do ponto de vista da nossa inserção nessas redes globais de produção e de trocas de conhecimento, recursos financeiros, recursos humanos.

Em outras palavras, nessa economia da informação, interessa muito mais a capacidade de inovação da sociedade. Interessa a mim, se sou governante, tornar o meu território parte dessas redes globais de produção, porque isso vai trazer recursos, investimentos. Um exemplo no interior da União Européia. Em abril deste ano, a Volkswagen tinha um dilema na forma de duas opções: renovar uma fábrica na Alemanha, para produzir esses carros utilitários, carros do tipo 4X4, etc. ou abrir uma fábrica em Portugal. Em Portugal significava uma diferença de custo de produção de 1.300 euros por unidade. A Volkswagen fechou a fábrica alemã, construiu em Portugal, e ouviu todos os protestos. Do governo alemão, que ficou com menos empregados, portanto, mais desempregados, mais gente pedindo salário-desemprego, menos recursos e menor arrecadação, porque é uma fábrica a menos para pagar impostos. A tendência é homogeneizar os custos produtivos. Portugal entende claramente a necessidade de criar um ambiente atraente aos investimentos. Isso explica a importância de se pensar nesse segundo modelo, nessa rede.

Quando se trata de agentes, pergunta-se quais os agentes importantes? No texto, dou o exemplo do Hezbollah, que faz parte do contexto internacional contemporâneo. Muitos dizem que isso não nos diz respeito, mas como poucos grupos o Hezbollah se revela um agente, um grupo político integrado, com uma clara relação hierárquica, regras do jogo bem estabelecidas para dentro do grupo, age na legalidade, é um partido político, da base de sustentação do governo, atua na para-legalidade e oferece uma rede paralela de serviço social maior que a do governo do Líbano. Mas também atua na ilegalidade, lança mísseis, pratica atentados terroristas. Entende perfeitamente o funcionamento dessas redes e nelas atua.

Um problema do contexto internacional contemporâneo é a chamada guerra contra o terrorismo. Os americanos declaram guerra contra o conceito. E o terrorismo é um conceito, não se localiza fisicamente em lugar algum. Os americanos identificam materialmente uma rede, portanto também uma ameaça difusa, dizendo que “a Al-Qaeda é o meu inimigo, então vou atacar a Al-Qaeda.” Mas em vez de atacar a Al-Qaeda, mobilizam as instituições do Estado e investem contra outros Estados nacionais que presumivelmente apoiariam essa rede. Eles adotam uma reação política tradicional contra Estados nacionais, fazem a guerra tradicional, embora identifiquem um problema de natureza da sociedade internacional em rede.

No caso do Ministério das Relações Exteriores, nossa política externa atual identificou os ambientes nos quais tem mais competência para produzir resultados. Atua nos fóruns multilaterais, e nesses fóruns multilaterais se fala menos em meio ambiente e em direitos humanos do que há 10 anos. Como esperado, o Itamaraty formulou sua política nos termos tradicionais, e com bastante competência conseguiu ampliar a capacidade de atuação do governo na ONU, do ponto de vista do conceito de segurança (onde as decisões políticas relevantes acontecem) e na OMC, onde a voz do Brasil é incompatível com o seu 1% de participação no comércio internacional. É mais influente em termos políticos do que se poderia esperar de um país com a sua economia.

Outras áreas do Estado brasileiro se internacionalizaram de outras maneiras. A negociação da dívida externa era tarefa do Itamaraty, mas, aos poucos, transferiu-se para o Ministério da Fazenda e o Banco Central, logo após a queda do governo Collor, com o ministro Marcílio Marques Moreira. Aprofundou-se nos governos Itamar e Fernando Henrique. O Ministério da Fazenda e o BC assumiram este papel. A sociedade se internacionaliza e isso é bem evidente em Brasília. Outras agências do Estado, como o Ministério da Saúde, agências reguladoras na área de saúde, de telecomunicações, agrícola, de comércio exterior, todas essas agências se aparelham e se capacitam para participar da formulação da política externa brasileira. Em algumas áreas elas definem substantivamente o que fazer e o caminho a seguir, sendo a participação do Itamaraty acessória.

Ou seja, a nossa internacionalização levou o Estado brasileiro a ficar mais complexo de forma a que outros agentes do próprio Estado participem mais efetivamente da formulação da política externa do que antes. Dois exemplos. Um refere-se à integração regional; outro, diz respeito a esse descompasso, à internacionalização da economia. O foco da atual política externa brasileira é ainda nos Estados. No modo como se colocam essas disputas, como no âmbito da OMC, para ganhar algo em troca da abertura do meu mercado, prevalece a mentalidade de atuação

do Itamaraty a partir da realidade internacional em que atua. Quando negocia na OMC, em vez de expressar seu interesse em abrir unilateralmente um setor específico porque isso vai trazer mais inovação para a política industrial, de ciência e tecnologia e educacional, prefere dar algo em troca se houver liberalização agrícola ou liberalização de outros países com relação a outros setores. Isso ocorre em outros países e se prende a uma visão de Estados e do mundo em que as negociações comerciais são um jogo de soma zero. Ou seja, abre-se o mercado com uma contrapartida equivalente. Talvez isso não seja o mais interessante para a economia do ponto de vista de longo prazo, da inserção econômica no comércio internacional. O Itamaraty já ouviu e aceita que é possível inserir o Brasil no comércio internacional também a partir dessas redes globais de produção. Mas para isso é preciso definir aonde queremos chegar, quais setores privilegiar e com base em quais políticas.

A questão da segurança jurídica é clara. Quando se trata da integração na economia mundial, observa-se uma heterogeneidade. Dependendo do setor, o Brasil é importante nas redes globais de produção: siderurgia, setor automobilístico, agrícola, serviços, financeiro e moda. Há 15 anos éramos párias do ponto de vista do Sistema Financeiro Internacional, não tínhamos a confiança de ninguém, risco Brasil elevado por causa de quebra de contratos, etc. Hoje, isso mudou porque houve a recolocação do Brasil no Sistema Financeiro Internacional. Mas quanto à Alca, por exemplo, houve um claro prejuízo. Ao se tirar a ênfase da negociação no âmbito hemisférico, perdeu-se uma oportunidade histórica de vincular mais estreitamente a economia brasileira à economia americana, a mais dinâmica do mundo hoje e pelos próximos anos. Do ponto de vista da inserção produtiva nas redes globais mundiais, a Alca teria sido algo a favor e não contra. Além do que, do ponto de vista mercantilista, negociando bilateralmente com os nossos vizinhos, os americanos têm mais condições de conseguir um acesso privilegiado aos mercados do que nós. Fazendo acordos também conseguiremos, mas o grau de acesso ao mercado que os americanos conseguem normalmente é muito maior do que nós conseguimos. Tem sido assim.

Quanto à integração regional, há um descompasso entre a ênfase no Mercosul e a criação de uma comunidade sul americana das nações. Paraguai e o Uruguai, nossos parceiros menores, ficaram frustrados porque tinham a expectativa de diminuir o desequilíbrio político em relação ao Brasil por meio de uma instituição supranacional mas que o Brasil nunca permitiu criar porque com a regra de consenso mantém sua influência.

Para a Argentina prevalece o padrão histórico de que de um lado o Mercosul é acesso privilegiado ao mercado brasileiro e, de outro, contrapeso à influência dos Estados Unidos. Não é um projeto de integração. Talvez o Mercosul devesse ser redimensionado no sentido de torná-lo em uma área de livre comércio, que ainda não é. É área de livre comércio sim, mas incompleto, imperfeito, etc. Do ponto de vista político, talvez fosse muito mais realista perguntar o que queremos. Se é apenas uma área de livre comércio, então vamos fazer uma área de livre comércio.

A entrada recente da Venezuela traz mais problemas do que soluções para o Mercosul, por causa das suas posições políticas no contexto internacional, e como contraponto aos Estados Unidos. Enquanto é apenas um vizinho com discurso incômodo é fácil lidar com isso, mas

quando passa a ser parte de um bloco em que nós estamos envolvidos, essa percepção pode se transmitir para o Brasil e para o Mercosul e seu conjunto. E de fato não interessa. Essa região esteve relativamente tranqüila, distante dos conflitos internacionais, e não interessa ao Brasil se inserir nestes conflitos internacionais contemporâneos. A pior coisa é os americanos dizerem: “muito bem, temos problemas muito sérios também na América do Sul e vamos começar a resolver esses problemas”. Esse tem sido o padrão do atual governo americano.

É possível dividir o contexto internacional nessas várias dimensões, pensando sempre em termos daquele mundo dos Estados: de um lado, governos negociando acordos no âmbito de organismos internacionais e, de outro, a simultânea interação dessas várias redes que nos envolvem no que chamamos de *relações internacionais*. Isso do ponto de vista da produção econômica. Do ponto de vista da dimensão política é preciso entender ou buscar um equilíbrio entre o que seria maior segurança na região e maior liberdade de atuação, e buscar novos parceiros fora da região. Quando Fernando Henrique deixou o poder disse a Lula que a segurança deveria ser sua grande preocupação. Fernando Henrique falava de segurança pública e sabia do que tratava.

Mas segurança também é do território e da população brasileira. Como resolver esse problema de segurança com o enorme descompasso entre as expectativas da nossa população e sua efetiva capacidade de participar desse mundo mais dinâmico e inovador, que vê no cinema, televisão? É uma tensão brasileira permanente, de uma maneira mais acentuada que os outros países, mas não é um problema só nosso. Como resolver? Do ponto de vista das prioridades da nossa política externa, chamo a atenção para a necessidade de identificar quais os setores em que valeria a pena investir de forma mais concertada e consistente, com projetos de longo prazo, sustentados pela sociedade brasileira em seu conjunto, e não por políticas de governo específicas. Viver é perigoso e está ficando cada vez mais perigoso na nossa região.

### MÁRIO MARCONINI: “Recomendo a leitura do documento”

Parabéns pela apresentação e o documento, cuja leitura recomendo porque transita por vários temas ao mesmo tempo, fiel à amplitude da nossa política externa e da questão da inserção do Brasil. É interessante como questiona detalhes da nossa política externa e o enquadramento do pensamento da política externa, ou seja, que a questão Nação-Estado como centro de uma preocupação externa do País é, de certa forma, equivocada, pois já deveria estar pensando em redes. Mas aí também é ainda mais complexo, pois não só o governo tem que atuar, pois a política externa é parte da sociedade, do empresário, dos setores envolvidos. A respeito do Mercosul, tal como está no *papper*, dá a impressão de que o Mercosul não tem os instrumentos para se recuperar. Ou seja, a Argentina, a questão do Uruguai, a falta de instrumentos até para essas famosas assimetrias entre os países. No Ministério da Defesa, onde Antônio Jorge é diretor, coordenou e organizou um trabalho importantíssimo, em quatro volumes: *Reflexões sobre Defesa e Segurança; Brasil no Cenário Internacional; As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País e Desafios na Atuação das Forças Armadas*. É um trabalho pioneiro que está na *Internet*, no site do Ministério da Defesa.

O Amaury de Souza é sócio-diretor da MCM Consultores Associados, empresa de consultoria em economia e análise política, pesquisador sênior do Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo. p.H.D do MIT em ciências políticas, ensinou em várias universidades, no Instituto Universal de Pesquisa do Rio de Janeiro, Departamento de Economia da PUC-RJ e em várias universidades americanas. Foi bolsista do Woodrow Wilson em Washington, etc. Em 1997, escreveu um livro interessantíssimo, *Brasil Under Cardoso*, publicado pela Line Rainier Publisher's. E está produzindo agora um sobre o Governo Lula. Vai organizar tudo, fazer a parte política, o Marcelo Nery a parte social, o Armando Castelar a econômica, e eu a parte internacional.

## AMAURY DE SOUZA: “Valorizar o debate nacional”

– Agradeço o convite da Fecomercio e parablenizo o professor Antônio Jorge, seguramente uma das grandes revelações do mundo acadêmico brasileiro por sua inteligência, extraordinária capacidade de análise, e por somar formação teórica a uma atividade prática, direta, na área de defesa nacional tradicional e historicamente desprezada pela academia brasileira. Num mundo assolado por conflitos, sobretudo de natureza terrorista, é indesculpável não termos no meio acadêmico brasileiro um interesse maior e mais profundo por defesa nacional, segurança coletiva e as relações entre a segurança externa e a segurança pública em nossas ruas. O professor Antônio Jorge dá uma contribuição extraordinária para colocar esse debate na agenda brasileira.

Vou rever três ou quatro grandes pontos da exposição dele. Primeiro, a clareza como apresenta o fato de que as dimensões interna e externa da atuação internacional de um país em grande medida já se desfizeram. Na verdade, é difícil saber aonde termina a política doméstica e começa a política internacional, ou até que ponto eventos no nosso entorno ou no restante do mundo têm efeito direto sobre o dia-a-dia das nossas sociedades. Ele dramatiza isso lembrando o novo conceito de fronteira implícito na atuação do Homeland Security Department dos Estados Unidos: a fronteira está onde está a ameaça aos Estados Unidos. Para o Brasil é um conceito de fundamental importância porque é um dos poucos países do mundo, a exemplo da China, que tem fronteiras com muitos países. Como temos uma fronteira múltipla, é preciso enfrentar as ameaças antes que elas se revelem e se expressem dentro do território nacional. É importante, portanto, discutir um conceito mais flexível de nossas fronteiras na América do Sul, para não sermos surpreendidos, como temos sido, pelo intercâmbio no tráfico de armas e de drogas ao longo das nossas fronteiras, sobretudo na região amazônica.

O segundo ponto extremamente importante na exposição é a contraposição entre uma política externa tradicionalmente voltada para Estados-Nação e a emergência de uma nova estrutura de redes que podem ser legais, como aquelas baseadas nos fóruns multilaterais de negociações, e redes para-legais, onde estão as empresas. O Brasil já desponta como sede de importantes empresas multinacionais e, portanto, essas empresas estarão necessariamente engajadas nesses processos de redes para-legais. Finalmente, as redes nitidamente ilegais, formadas fundamentalmente pelo narcotráfico e pelo terrorismo, com alguma extensão na imigração ilegal, na pirataria de bens, produtos e serviços, etc., etc.

Terceiro, a liberdade positiva, tradicionalmente associada aos Estados, e a regulamentação das suas políticas externas em regras, em tratados, etc., e a liberdade negativa dos agentes não estatais, isto é, aqueles que reconhecem ser tudo legítimo desde que não seja proibido por lei, ao invés da liberdade positiva, segundo a qual só posso fazer o que a lei me faculta e determina de que forma devo atuar. Aproveito para corrigir uma observação do professor Antônio Jorge a respeito da percepção que a população tem dos impostos, que seria típica de sociedades onde prevalece uma concepção de liberdade negativa. É importante que o cidadão saiba: o dinheiro dos impostos paga os serviços públicos. Várias associações empresariais do Brasil, por iniciativa da Associação Comercial de São Paulo, realizaram este ano uma mobilização popular, De Olho no Imposto, com 1,5 milhão de assinaturas, transformada em projeto de lei que deverá ser aprovado no próximo mês no Senado Federal, obrigando a nota de venda de produtos a explicitar o montante de impostos embutidos no seu preço. Na verdade, o cidadão brasileiro pode facilmente saber quanto paga de impostos sobre o consumo escamoteados da sua visão. No site De Olho no Imposto a calculadora do imposto permitirá calcular quanto o cidadão paga de impostos sobre renda, patrimônio e consumo. O Impostômetro também mede a voracidade fiscal do Estado brasileiro. E, finalmente, o Feirão dos Impostos que mostra, produto a produto, o montante de impostos embutido no seu preço final. Portanto, a noção de liberdade negativa está difundida entre as empresas internacionalmente e felizmente se estende dentro do País.

O professor Antônio Jorge tocou num ponto fundamental: a necessidade da visão de longo prazo. A política externa do Brasil - aí incluída a política de comércio exterior -, não pode se dar ao luxo de operar com uma visão imediatista. O Brasil depende, para a sua inserção internacional, do uso da racionalidade, da sua capacidade de olhar décadas à frente. Para isso não precisamos ser chineses nem pensar a situação de Taipei ou de Taiwan cem anos adiante, mas seguramente pensar a situação de nosso entorno, pelo menos vinte anos à frente, prazo para o petróleo ainda ter peso fundamental na matriz energética do País. Nesse caso estão ao nosso redor duas grandes ameaças, Venezuela e Bolívia.

Existem algumas áreas de desenvolvimento dos conceitos sugeridos pelo professor Antônio Jorge a partir do instrumental analítico de outro estudioso de relações internacionais, o professor Joseph Nye, que divide a questão do poder em relações internacionais em três áreas: a econômica, a geoestratégica, que é fundamentalmente a militar, e aquilo que ele chama de *soft power*, ou seja, o poder da persuasão, ao invés do poder do dinheiro ou das armas. Para o professor Nye essas três dimensões não são necessariamente coerentes entre si e quase nunca, ou talvez nunca, estão sendo igualmente exercitadas por todos os países. São áreas de oportunidade para a política de relações exteriores de qualquer nação.

Quanto ao econômico, a professora Lia Valls Pereira terá muito mais competência e argúcia para indicar quais os nossos dilemas e as nossas oportunidades. Apenas duas observações. A primeira é a importância assinalada pelo professor Antônio Jorge da criação de oportunidades para investimento. Estamos num mundo em que nenhum governo nacional terá, no médio prazo, condições de reter recursos econômicos, sejam eles humanos ou materiais, se os fatores básicos de produção, principalmente custos e capacidade de inovação, forem desfavoráveis. A Alemanha pode torcer o nariz para a transferência da fábrica da Volkswagen para Portugal, mas

a Alemanha não daria subsídios a Volkswagen nacional para permanecer no seu equivalente de São Bernardo do Campo. Usar fundos públicos para salvar empresas cuja equação de custos é insolúvel é uma luta perdida. Podemos argüir que a culpa é da política econômica, que ainda não reduziu juros como deveria, equilibrar o PIB como deveria, de ter uma política industrial, seja o que for. É muito importante essa idéia de que a luta não se faz em termos de protecionismo, mas em termos de criar condições efetivas de segurança jurídica, de quadro regulatório estável, ambiente propício para os negócios, para que possamos então de fato ter uma posição competitiva nesse processo de integração.

Como segundo ponto da área econômica, é mais do que passada a hora de separar o Itamaraty da política de comércio externo. Temos necessidade de um equivalente ao United States Trade Representative, abrigado no Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior ou em qualquer outro lugar, mas uma autoridade titular do comando do comércio exterior brasileiro, fora do Itamaraty.

## AMEAÇAS DIFUSAS

No aspecto geopolítico, a palestra do professor Antônio Jorge dá indicações preciosas sobre esse ponto, começando pela ênfase clara na importância das ameaças difusas, todas de característica transnacional. Eu não reduziria a zero a probabilidade dos confrontos militares tradicionais e nem creio que o professor o fizesse. Isso porque a própria contabilidade dos conflitos militares na América Latina nos últimos 20 anos não descreve um panorama de invariável paz e tranqüilidade, ao contrário. É que não prestamos atenção no número de pequenas guerras, sobretudo na América Central, os conflitos de fronteira, um dos quais o Brasil arbitrou recentemente entre Peru e Equador. Há possibilidade de outros conflitos agora entre Venezuela e Suriname. Esses conflitos se multiplicam. Portanto, a guerra militar tradicional ainda existe porque já teve início na América do Sul uma nova corrida armamentista, liderada pela Venezuela, com uma fábrica de fuzis Kalashnikov no país, a compra de novos jatos Sukhoy da Rússia e a sua aparente disposição bélica de defesa contra um inimigo inominado. É preciso lembrar que a Venezuela faz fronteira com a Colômbia que faz um grande esforço militar em razão da luta contra a guerrilha interna há 40 anos. As fronteiras apontam em direção ao Peru como próximo candidato. O Chile está suficientemente armado e preparado para ameaças externas. Como num domínio, esse processo vai se espraiando ao redor de nós.

Portanto, as ameaças difusas são essenciais na nossa geopolítica, e nesse particular o Brasil está numa posição razoavelmente desfavorável para enfrentá-las. Desfavorável, primeiro, no plano estratégico e, segundo, no plano organizacional e de recursos das Forças Armadas brasileiras, com a denúncia do verdadeiro processo de desmantelamento conceitual, organizacional, material e humano das Forças Armadas. Devo lembrar e ressaltar com toda a clareza que a culpa não cabe aos comandantes militares. Na verdade, o Brasil passou por um processo de sucateamento das suas Forças Armadas que teve início no governo militar. Foi a partir dos governos militares que os recursos destinados às Forças Armadas proporcionalmente ao PIB passaram a cair constantemente, hoje atingindo níveis históricos que sequer permitem às Forças Armadas pensar num reequipamento minimamente compatível com a escala



continental do País. Não sei se o número ainda é exatamente esse, mas consta que o Exército brasileiro dispõe de cerca de 60 ou 70 helicópteros para transporte de tropas. Em oito milhões de quilômetros quadrados, é menos do que uma gota no oceano.

Portanto, além da parte operacional, do sucateamento de equipamentos, do pouco investimento na formação de recursos humanos, as três forças fazem das tripas coração para os avanços, apesar de tudo, nos programas de qualidade do gerenciamento do material humano e bélico das Forças Armadas, a luta constante da Marinha para avançar o projeto do submarino nuclear, etc. Mas é pura força de vontade. Nesse sentido, aí talvez as Forças Armadas se ressentam do ostracismo a que foram relegadas no processo de redemocratização do país, e se ressentam de uma discussão mais aprofundada sobre o aspecto mais propriamente conceitual ou estratégico. É evidente que avanços têm sido feitos. Por exemplo, o deslocamento da nossa visão estratégica tradicional voltada para a Argentina e o Sul, agora direcionada para a Amazônia como um todo, não apenas para o Estado do Amazonas, mas para toda a área coberta pelo chamado Tratado da Amazônia, que engloba vários países no entorno da região norte. E o reconhecimento do Oceano Atlântico como outro elemento fundamental do entorno estratégico brasileiro, tudo isso são avanços. Mas é preciso ir além.

Necessitamos avançar em pelo menos três áreas. A primeira é adotar, desde já, a noção da multifuncionalidade das forças de defesa e de segurança, isto é, não podemos mais nos dar ao luxo de separar Forças Armadas, Polícia Federal, polícias estaduais. Tudo isso constitui e deve constituir um único conjunto de forças de defesa e de segurança. O exemplo é Israel. Ao atacar o Hezbollah, ele não separa das funções militares as funções policiais e vice-versa. As Forças Armadas devem agir como polícia quando necessário, e a polícia como força militar quando for preciso. Isso decorre da noção difusa e cambiante das nossas fronteiras.

Em segundo lugar, nossa política de defesa deve deixar bem claro que não serão aceitos territórios no nosso território nacional onde o Estado não tenha soberania. Não se pode admitir que forças policiais não consigam entrar em áreas de favela. Não se pode permitir que nenhuma área do território brasileiro não tenha a soberania do Estado exercida diariamente.

Terceiro, a política nacional precisa se orientar pela noção da preempção das nossas ameaças externas. Não podemos esperar que uma força política, como o Hezbollah, se assenhore, com o apoio de potências estrangeiras, do equivalente ao sul do Líbano. Não digo que tenhamos nenhuma ameaça nesse sentido, mas países no nosso entorno a têm. Lembro até de uma maneira jocosa, por saber que é pura retórica, a oferta do MST de enviar as suas forças para ajudar o presidente Evo Morales a nacionalizar os latifúndios dos brasileiros em Santa Cruz de la Sierra. É uma piada. Mas até quando? Até quando alguma potência estrangeira não se interessará por essa possibilidade de instalar pequenos “sul do Líbano” ao nosso redor? Portanto, visão de longo prazo e visão de preempção. Não podemos esperar sermos invadidos para reagir.

Finalmente, duas ou três palavras sobre a questão do soft power ou o poder de persuasão. Aqui talvez seja a área em que a política externa brasileira tenha sido a um só tempo melhor

e pior sucedida. Melhor sucedida porque no passado foi o Brasil e a diplomacia brasileira que capitanearam temas dessa agenda de persuasão, como meio ambiente e direitos humanos. Tivemos nos anos 70 e 80 um papel de liderança nessa área. Então um país que não tem o peso econômico necessário para confrontos mais decisivos no plano das organizações multilaterais, como agora na Rodada Doha da OMC, e que também não tem um poder geoestratégico sequer para uma atuação consistente no seu entorno geográfico, teve e exerceu com brilhantismo a sua terceira dimensão de poder, que é o poder de persuasão, o soft power. Menos por culpa tanto do Brasil e da sua diplomacia, e mais por uma mudança geral no mundo em relação a esses temas, perdemos claramente a nossa liderança e deixamos de aproveitar oportunidades reais ainda ao nosso dispor.

O professor Antônio Jorge trata do aprofundamento da interdependência, isto é, a maior inserção internacional do país e realça a influência dos elementos normativos na agenda. Eu traduziria isso assim: na agenda da política externa brasileira é preciso uma defesa clara, aberta e corajosa de valores. A política externa hoje tem uma dimensão de valores que é clara, ilustrada de maneira negativa pela força do fundamentalismo islâmico, e de forma positiva, ainda no plano religioso, pela presença forte da influência de igrejas evangélicas liberais ou conservadoras. A própria igreja católica perdeu terreno nessa área, mas nem assim se eximiu das tarefas de realçar os elementos valorativos e normativos de uma agenda internacional.

Enfim, o Brasil tem duas grandes oportunidades. A primeira é contrapor-se à onda de multiculturalismo que varre o país a partir da importação um pouco tardia de modelos norte-americanos e europeus. Não temos valorizado aspectos importantes do Brasil, como a nossa adesão ao ideal de democracia racial, de multiculturalismo que já praticamos na nossa cultura pela integração da cultura africana, da cultura européia, da cultura indígena, daquilo que nos faz um verdadeiro caldeirão de raças e de culturas distintas. Esse aspecto precisa ser realçado, ao invés de simplesmente nos dobrar a moda do dia.

O segundo ponto, importantíssimo, tem a ver com outro aspecto destacado pelo professor Antônio Jorge, que é a nossa adesão no plano formal à cláusula democrática. O Brasil já disse claramente que não aceita parcerias internacionais com países que não praticam a democracia. Aqui eu acredito que precisamos dar um passo à frente. Praticar a democracia, a União Soviética também dizia que praticava. Não é suficiente ter eleições plebiscitárias, em que a oposição é coagida, como na Venezuela. A democracia que o Brasil deve defender é aquilo que entendemos por democracia liberal, uma democracia em que as instituições estejam protegidas e façam o jogo de contrapesos e contrapressões ao poder do Executivo. Ela exige um Judiciário independente, um Legislativo que não seja desmoralizado todos os dias pelo Poder Executivo, partidos políticos independentes e uma imprensa livre. Democracia simplesmente como eleição é inaceitável, é forma sem conteúdo. Os nossos valores são a defesa da democracia liberal e do mercado, e isso deveria estar refletido na nossa política externa. Nesse sentido, penso também em termos das redes para-legais, que se posicionam na questão da cláusula democrática.

Lembro, por exemplo, o Foro de São Paulo, criado em 1990 pelo agora presidente Lula, que logo teve a adesão do hoje presidente Hugo Chávez, da Frente Sandinista, da Frente Farabundo Martí e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, atuando como uma rede para-legal

em todos os países da América Latina, a começar do México. Lopes Obrador também pertence ao Foro de São Paulo. Portanto, é hora de criar um foro contrário, internacional, que defenda os valores que estão na Constituição brasileira. A Constituição brasileira é claramente a favor da democracia e do mercado. Isso deveria estar na frente da atuação da nossa política externa.

MÁRIO – Foram levantadas algumas questões sobre comércio, a posição do Itamaraty, a questão das ameaças difusas e a situação das nossas Forças Armadas. E a questão do *soft power*. Lia é pesquisadora do IBRI, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, e professora adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Ela é muito conhecida nessa área, produz trabalhos sobre a questão do comércio exterior, tem uma coluna na revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

## LIA VALLS PEREIRA: “O Itamaraty mudou”

Quero parabenizar o Antônio pelo seu trabalho e vou comentar as questões de política de comércio exterior. Eu sou economista, e quem trabalha nessa área também tem um enfoque de economia política. Vou fazer observações menos apaixonadas que as do Antônio, talvez um pouco mais técnicas.

Primeiro, a questão de que o seu trabalho traz, às vezes, uma certa crítica quanto à formulação da política de comércio exterior brasileiro e a relação entre os interesses domésticos e interesses da rede nessa formulação.

Primeiro ponto: comparar a nossa formulação com a formulação da política de comércio exterior nos Estados Unidos, em que a política de comércio exterior é prerrogativa do Congresso americano. Na medida em que a área de formulação da política é prerrogativa do Congresso, e se estamos numa democracia, pressupõe-se que a formulação dessa política explique os diferentes interesses dos segmentos da sociedade que estariam expressos nos seus representantes no Legislativo.

Segundo ponto: a formulação da política de comércio exterior brasileira sempre foi prerrogativa do Executivo. A questão de acordos comerciais têm que passar pelo Congresso. Mas, digamos, passam por passar. Nunca foi tema importante para o Congresso brasileiro e nem para a sociedade brasileira. Sendo bem objetiva, a economia brasileira era uma economia extremamente fechada, não havia realmente essa preocupação.

Em relação a isso, dois comentários. Primeiro: o Itamaraty mudou? Mudou, e já mudou há algum tempo, porque o grande tema da política externa brasileira sempre entra na questão da Guerra Fria, na questão norte - sul e seus problemas de inserção, na América do Sul e na América Latina. A agenda internacional mudou. Mais do que tudo o que foi dito e redito com o final da Guerra Fria e o final da bipolaridade, os temas econômicos e comerciais passaram a fazer parte integrante da agenda da política externa brasileira.

E aí está o primeiro problema: de que modo a sociedade e os segmentos da sociedade influenciam essa política? Nós não temos canais institucionalizados claros de como os diversos setores da sociedade provocam algum impacto nessa política. Nesse sentido, para mim é o mesmo problema das redes, um problema de como os setores domésticos influenciam nessa política. Mesmo para quem não gosta da Alca, ela foi importante porque despertou um certo sentimento de ameaça. Então, esse ponto é importante. A crítica à política externa brasileira tem que ser um pouco contextualizada. Em relação a isso, ligo à questão tratada pelo Amaury de tirar do Itamaraty a negociação. Negociação é trabalho dos diplomatas. Mas como a própria agenda externa é muito mais complexa ninguém imagina que um diplomata entenda de tudo. É impossível porque é um problema do próprio governo, de como cria as redes entre os seus ministérios. Antigamente havia assessorias internacionais que funcionavam muito bem e que, se não me engano, acabaram na época do Collor. Como recriar essa rede dentro dos ministérios e como os ministérios ouvem a sociedade civil, os setores empresariais, os diversos setores? Esse é o primeiro ponto. A gente precisa criar isso de uma forma clara. Ninguém vai dizer que o setor empresarial nunca influenciou o Itamaraty na política externa, mas influenciava setores importantes. Nessa questão de defesa dos interesses, basta lembrar um exemplo claro na década de 80, a atuação de empresas nos países árabes e africanos. Chama-se diplomacia econômica.

Exemplo típico de redes: direitos de propriedade intelectual. Como isso entrou na agenda internacional? Foi um grande *lobby* da indústria farmacêutica norte-americana, todo mundo sabe disso, não tem nada demais. É *lobby* de uma rede, porque a indústria farmacêutica norte-americana funciona em vários países, coloca isso na agenda da Rodada Uruguai e faz parte de todos os acordos. Esse o primeiro ponto.

E um último ponto, em relação à questão do Estado: qualquer acordo comercial não é neutro, tem gente que perde, setores que ganham, faz parte da coisa econômica. Portanto, essa agenda de acordo passa necessariamente por uma política de Estado. Por quê? Quem vai compensar setores que estão perdendo? Quem vai melhorar o arcabouço para minimizar o impacto de determinado setor? Se tiver desemprego, ninguém vai bater na porta da rede, porque a rede não resolve problema de desemprego. Vamos bater mesmo é na porta do Estado, dos governos. Essas relações são muito mais complexas, mas o tema dos governos ainda é prioritário especialmente nesses termos de agendas de política externa.

Em relação a áreas e parceiros, minha impressão é que o professor Antônio defende a idéia de que a agenda brasileira deve focar mais na questão de áreas estratégicas. Celebrar um acordo com a Ucrânia na área espacial, acordos com outros países. Essas coisas não são incompatíveis. Não falo exatamente de acordo, mas de acordos de cooperação em que os países identificam interesses próprios. Essa agenda é muito importante, o Brasil tem um interesse enorme não só na área aeroespacial como na de biodiesel, para a qual esperamos um futuro brilhante no caso brasileiro.

Mas essa discussão não é incompatível com a idéia de ter parceiros. Acordos comerciais queiramos ou não, são uma realidade. Ainda mais com os impasses na negociação de Doha. A própria OMC estima que tem 300 acordos em vigor atualmente no mundo. Eu acho um matiz

muito diferente. Ainda mais aqui, na Fecomercio, a idéia é de que acordo comercial não é só uma questão de agenda política, mas é atualmente uma estratégia também de concorrência entre os diversos setores. É bom lembrar que o acordo vai além de discutir preferência de mercado. Um exemplo simples: quando os Estados Unidos fizeram negociação com os países da América, uma regra de origem é de que o fio utilizado em todo o vestuário feito na América Central tem que ser de origem regional. É lógico que as empresas têxteis brasileiras ficaram extremamente preocupadas, quiseram então ir para a América Central porque a partir de lá exportariam para os Estados Unidos ou venderiam para os países da América Central. Fazem o vestuário e exportam. A importância do acordo não é só uma questão de parcerias estratégicas. Querendo ou não, a agenda de acordos comerciais faz parte das agendas de política externa e de alguma forma do mundo dos negócios.

Terceiro ponto, ainda ligado a isso, mas antes uma observação. O professor ressaltou a importância de participação nas cadeias produtivas. Concordo. Um estudo da Unctad revela como é fundamental estar dentro das cadeias produtivas locais, desde que se garanta minimamente que parte do valor adicionado dessas cadeias dentro do nosso território seja realmente fator de valor adicionado. O trabalho da Unctad revela que alguns países estão aumentando muito a sua participação nas exportações de manufaturados no comércio mundial. Mas o valor adicionado da manufatura nos territórios nacionais não tem aumentado. Esse não é o caso do Brasil. Até por ter um mercado interno grande, é difícil imaginar que as empresas multinacionais venham aqui simplesmente para adicionar pouco valor e utilizar simplesmente como uma plataforma de exportação.

O professor também chamou a atenção para a questão da agenda, a que vou me contrapor em razão de uma dúvida. O professor Antônio deu a impressão de que considera um desserviço o final das negociações da Alca. Independente de ter acordo ou não com os Estados Unidos, é bom lembrar que o grande drama do acordo com os Estados Unidos, Mercosul ou da Alca, não era apenas a questão de acesso ao mercado. Mas o que, exatamente? A sociedade tem que resolver os temas e a normativa que, da Alca, que é um pouco a normativa do Nafta, não era interessante. Há um repúdio geral às cláusulas de investidor privado e Estado. Conheço poucas pessoas que aprovam essa cláusula ou que a considerem interessante. Os próprios países que a assinaram têm tido dificuldade. A sociedade brasileira está pouco disposta a fazer grandes mudanças na área de legislação de direito de propriedade intelectual. Enfim, não se fez o acordo simples e principalmente por uma questão de acesso ao mercado, do que por outras razões. Os acordos comerciais atualmente trazem credibilidade, e às vezes ajudam a montar as nossas próprias regras domésticas. É preciso saber se queríamos estas regras. E também lembrar que o impasse nas negociações não é só do lado do Mercosul. Em parte também a própria agenda americana, colocada depois do TPA de 2001, torna essa negociação um pouco mais difícil. Não que ela não seja importante, mas é muito mais complicada do que aparenta ser e é importante os Estados Unidos fazerem esses acordos com todos os países da América do Sul.

Eu faço uma análise crítica acerca da orientação da política de acordos brasileiros. Além de a gente ter o péssimo hábito de fazer grandes acordos, assinar objetivos maravilhosos sem explicar como se chega lá, como é o Tratado de Assunção, na hora em que negociamos com vários países aqui da América do Sul, só sabemos negociar mercadorias, como se não

existisse mais nada. É exatamente nesses países que se teria a oportunidade de sentar a uma mesa e discutir outros temas, como serviços e investimento. Isso é muito mais complicado e acaba causando impacto no Mercosul que tem milhões de coisas negociadas e muito pouco implementadas nessa área. Em relação a OMC, concordo com o professor Antônio: foi um grande ganho da política externa. Mas a política externa brasileira não é só a questão da OMC. Para mim, desde o início da década de 90 a questão da agenda de acordos comerciais tem sido colocada como importante e prioritária.

Algo mais em relação ao Mercosul, que o professor comentou superficialmente, afirmando que o Mercosul talvez seja melhor como área de livre comércio. O tema do Mercosul é importante. Argentina, Paraguai e Uruguai são parcerias estratégicas. A grande questão é mais uma vez resolver assimetrias. Não somos a União Européia. Se tivéssemos os recursos da União Européia, as assimetrias estariam todas resolvidas, investiríamos no Paraguai, Uruguai, etc. Mas há limitação de recursos. Então qual é o custo que o Brasil quer pagar? O Brasil não tem que dizer que é líder. É naturalmente protagonista dessa história pelo tamanho do Brasil. Qual o custo que o Brasil está disposto a pagar para manter o Mercosul é tema importante e tem que ser pensado. Tem que ficar bem claro qual é o custo. Ter o Mercosul somente como uma **grife**, a percepção política de ganhos dos nossos vizinhos é pequena. É isso que tem de mudar no Mercosul; e para mudar tem algum custo para o Brasil.

Algumas vezes setores empresariais já mostraram que não consideram interessante o mecanismo de adaptação competitiva. Então esse diálogo para fazer avançar o Mercosul tem que ser interrompido. O Mercosul começou como uma iniciativa exclusivamente de Executivo, principalmente da chancelaria desses países, portanto, o Mercosul é um projeto político. Só que para sustentar qualquer acordo de integração, segmentos da sociedade que integram esses acordos precisam perceber que ganham mais com ele. Por que estar no Mercosul se consigo a mesma coisa não tendo o Mercosul? Esse é o grande tema que a gente tem que pensar: o Mercosul é um instrumento importante ou não para os diversos setores da sociedade brasileira atingirem os objetivos que eles queiram ter e quanto estão dispostos a pagar.

MÁRIO – Essa intervenção trouxe para o debate muito mais especificidade da área comercial, que era a nossa intenção. As questões são muito amplas e a integração dessas questões no debate passaremos para o palestrante. A presença do professor Marco Aurélio Garcia é uma grande honra para a Fecomercio e seu presidente Abram Szajman. Nós o convidamos em razão de sua função no atual governo, de assessor especial para assuntos internacionais da Presidência. Vou resumir o debate. Uma primeira questão que surgiu é como a forma de pensar a política externa atual talvez seja um pouco inadequada porque o mundo está organizado em redes, legais, ilegais, entre Estados, e isso já é de fato um problema conceitual a ser resolvido. Ao mesmo tempo, os Estados Nações têm uma presença absolutamente proeminente no cenário internacional, estabelecendo uma espécie de conflito entre o conceito e a realidade. Foi dito também que a fronteira entre a política interna e externa está cada vez mais difícil de se estabelecer, e isso fica claro na questão das redes ilegais e da segurança ou falta de segurança, o que é segurança interna e externa, uma divisão cada vez mais difícil. Nesse contexto a importância de liberdade positiva versus liberdade negativa e as diferentes culturas dos países. E o comentário sobre como o nosso País ainda carece de uma visão de longo

prazo. E na área comercial a atuação do Itamaraty é competente, mas talvez não seja a melhor forma de abordar o comércio exterior. A questão do *soft power*, e como o Brasil pode usar melhor essa tática, ou seja, a idéia dos valores da democracia como parte da política externa. E finalmente também algo sobre defesa e segurança, as nossas Forças Armadas. Na verdade estamos numa situação razoavelmente desfavorável do ponto de vista de recursos. E ouvir do senhor alguns comentários sobre Venezuela, Bolívia, Mercosul, geopolítica versus comércio, o setor empresarial na política externa. E também sobre o Conselho de Segurança.

## MARCO AURÉLIO GARCIA: “Política externa é tema da sociedade”

Para mim esse diálogo é importante. Faz tempo que não venho à Federação; a última vez foi antes do governo Lula. Esses temas de política externa evidentemente têm que ser discutidos com o conjunto da sociedade brasileira. Nós entendemos a política externa como um instrumento de projeção do Brasil no mundo, um elemento substancial do nosso projeto de país. Não há nenhum projeto de país consistente e sério que não faça da política externa um dos elementos centrais, do nosso lugar no mundo, da forma pela qual nos inserimos no mundo e da forma pela qual também o mundo nos vê. Fiz uma apreciação superficial do texto do professor Antônio Jorge, porque as circunstâncias me impediam de fazer uma leitura mais detida. Tem um conjunto de idéias extremamente interessantes, e espero que a partir do dia 1º (de outubro de 2006) eu tenha mais tranqüilidade para lê-lo com o respeito que ele merece.

Um dos elementos importantes a considerar nessas observações preliminares é que a política externa do Brasil e dos países de uma maneira geral estão hoje confrontadas sem dúvida nenhuma com essa duplicidade de ter que contemplar a dimensão do relacionamento entre Estados nacionais. Isso não é pouca coisa. Há poucos anos, na nossa região e em outras partes do mundo, dizia-se que os Estados internacionais tinham desaparecido. A globalização econômica foi percebida por muitos como uma espécie de diluição do Estado nacional, que, para mim, traria conseqüências extremamente complexas, inclusive para a vida social e política dos nossos países. Como essa tese não prosperou muito, hoje nós temos de uma certa maneira a reabilitação da noção de Estado nacional, mas ao mesmo tempo o reconhecimento de que a política externa se dá sem dúvida nenhuma a partir de uma série de outras. Eu até não quero insistir tanto nas redes delinqüenciais, mas tratar mais daquilo que as redes têm de positivo hoje em dia, sejam elas redes de natureza econômico-financeira, de natureza social, movimentos sociais. Além disso, o próprio fato de que nos últimos anos passamos a falar de uma opinião pública mundial e suas expressões intensas, inclusive em alguns episódios recentes nesses últimos anos.

Quando eu digo que a política externa é um elemento consubstancial da nossa política externa e da nossa política interna ou do nosso projeto nacional, tenho que fazer referência às mudanças pelas quais o país passou basicamente nas últimas duas décadas e meia. Por um lado, a crise daquilo que muitos chamam do modelo nacional desenvolvimentista, que se materializou no final dos anos 70, começo dos anos 80, as décadas perdidas em que o País viveu de uma forma eclética a definição de seu futuro, mas sem uma clareza muito grande, por condições históricas particulares que o tempo me impede de aprofundar. E finalmente os

resultados pouco exitosos, pelo menos do ponto de vista da dinâmica de desenvolvimento do País, daquelas orientações baseadas fundamentalmente no que se convencionou chamar de Consenso de Washington. De qualquer maneira, de tudo isso ficaram heranças. A construção de uma nova agenda para o Brasil, como de resto para praticamente todos os países da América do Sul, alguns inclusive mais próximos do Brasil, passa pelo enfrentamento de alguns temas decisivos.

O primeiro deles é que nós vamos ter que efetivamente retomar o crescimento do país. Essa questão me parece crucial. Durante 50 anos, o País teve taxas altíssimas de crescimento, de 6%, 7%. Ainda que esse crescimento tenha sido eivado de algumas perversidades como concentração de renda, de poder e de conhecimento, de qualquer maneira foi o responsável pela emergência do Brasil moderno. Então as velhas gerações se acostumaram ao crescimento. As novas gerações perderam o sentido do valor **crescimento** ou **desenvolvimento**. Esse crescimento tem que atingir novos patamares, não pode mais ficar restrito aos índices que tivemos até agora, sobre os quais há explicações. Mas, enfim, não podemos nos conformar com isso.

Em segundo lugar, esse crescimento tem que ser de um novo tipo, estar alavancado, dentre outras coisas, por um forte processo de distribuição de renda, que nos permita criar nesse país um grande mercado de bens de consumo de massa. Isto é, que esse País não seja um País de 40% ou de 35% ou até mesmo de 50%, mas que ele tenha uma dinâmica de ser um país de 100% e criar um círculo virtuoso.

Em terceiro lugar, evidentemente distinto dos períodos anteriores e, sobretudo, do período desenvolvimentista, esse crescimento tem que definir de forma muito clara as suas condições de financiamento. No período desenvolvimentista tivemos taxas elevadas, mas ao mesmo tempo turbulências macroeconômicas muito grandes, surtos inflacionários duradouros, que muitas vezes beiraram a hiperinflação, endividamento externo. Então aprendemos as virtudes de um equilíbrio macroeconômico e a necessidade de realizar essa difícil equação de combinar crescimento com estabilidade macroeconômica.

Ao mesmo tempo, outro desafio importante é reduzir a vulnerabilidade externa, porque a nossa economia, mesmo que extremamente integrada e deve se integrar muito mais no mundo, não deve ser vulnerável a esse mundo. Deve estar protegida das intempéries financeiras que conhecemos, as que passaram e as que podem nos perturbar.

Finalmente, há mais dois fatores, não tão claramente econômicos e sociais, e nem por isso menos importantes. Um deles, evidentemente, é que tudo isso se dê num marco de expansão da democracia no País e por meio de uma reforma das instituições que leguem um Estado moderno, um sistema político reformado, capaz efetivamente de expressar cada vez mais a vontade popular e de enfrentar todas as perversões que o nosso sistema político apresenta. Um Estado adequado a essas novas funções não tem que ser nem pequeno, nem grande. Tem que ser necessário às tarefas que a sociedade define.



E o último elemento é, sem dúvida nenhuma, a sua inserção internacional. Nesse particular, o tema de uma integração regional é muito importante, porque estamos convencidos de que, apesar de todo o peso que o Brasil tenha e que possa vir a conquistar no futuro, nós sozinhos teríamos uma inserção muito menos competitiva do que aquela que faríamos em conjunto com outros países da região. Para isso há duas iniciativas importantes. Uma está constituída e tem problemas graves no momento atual, sobre os quais temos que nos debruçar. A Lia tratou de alguns deles com muita propriedade, o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações, que estamos em processo de construção e sobre a qual depois farei referência.

A política externa brasileira tem várias dimensões. E uma dimensão de relações bilaterais. Não vou fazer aqui um inventário dessas relações bilaterais, ainda que algumas delas interessem de forma particular, como o caso das relações com a Bolívia e Venezuela. São relações óbvias, porque envolvem grandes países que têm relevância no nosso entorno. Nossas relações com a Argentina têm uma importância histórica que nunca poderá ser descartada. As relações com os Estados Unidos têm uma importância também central, que não podemos de maneira nenhuma ocultar, da mesma forma que as nossas relações com a União Européia e, dentro dela, com alguns países em particular. Esse rol de relações que chamo de relações bilaterais óbvias foi o que nós procuramos aprofundar.

Há atualmente um excelente relacionamento com a Argentina que eu espero que vai se aprofundar de forma limpa e consistente. Há um excelente relacionamento com os Estados Unidos, União Européia, em particular com alguns de seus países, como Reino Unido, França, Alemanha, agora a Espanha, e seguramente com a Itália também se deu uma aproximação muito grande, que não se limita só ao âmbito da diplomacia, mas tem produzido efeitos econômicos e comerciais muito grandes. Econômicos na medida em que tem aberto a possibilidade de investimentos de que nós tanto necessitamos, e comerciais na medida em que o comércio exterior com todos esses países teve uma modificação positiva extraordinária.

Nesse governo dobrou o comércio exterior e as perspectivas são de se intensificar esse crescimento. Mas nós temos também novas parcerias bilaterais relevantes com a China, Índia, Rússia, África do Sul, países que têm perfis semelhantes aos nossos e com os quais também operamos uma grande transformação nas nossas relações econômicas e comerciais. E algumas parcerias mencionadas no texto, e que a Lia citou, relevantes porque abrem perspectivas de nichos específicos de relacionamento. Nós temos um projeto concreto na área espacial com a Ucrânia. Com a Índia uma aproximação muito forte, em função da expertise deles em matéria de fármacos e de software. Não por acaso estamos abrindo uma série de novas embaixadas, uma delas no Cazaquistão. Alguém pode dizer: mas que coisa mais estranha o Cazaquistão! No entanto, quero chamar a atenção da Federação para isso, as oportunidades que se abrem para nós no Cazaquistão são extraordinárias, de grandes volumes. Aquelas empresas brasileiras que têm mais percepção do mundo já estão se instalando lá, junto com a embaixada, para aproveitar as oportunidades desse país, que é a oitava superfície do mundo e será em breve o quarto maior produtor de petróleo, urânio, minérios e outras coisas. Enfim, nós também queremos cultivar esse tipo de bilateralismo *sui generis*. Nós temos uma política regional sobre a qual vou me deter depois, basicamente na América do Sul, de forma mais extensa.

Nós temos buscado também estabelecer alguns eixos, como por exemplo, o IBAS - Índia, Brasil e África do Sul – cujos chefes de Estado se reuniram em Brasília, recentemente. E outros que têm um caráter mais informal, como aquilo que muitos chamam de eixo sul-sul, que nos permite uma aproximação maior com países do sul do mundo, sul do mundo entendido não só do ponto de vista geográfico, mas também do geopolítico, com os quais colhemos ótimos resultados. Atualmente, o comércio exterior brasileiro é predominantemente o comércio para o sul do mundo e, mais do que isso, ele tem no sul do mundo o grande consumidor dos produtos e bens com valor agregado.

E finalmente a esfera multilateral em que destaco dois aspectos importantes. Tem, evidentemente, as questões da ordem financeira e economia internacional, a nossa presença no Fundo Monetário e no Banco Mundial, que concluiu sua reunião mundial agora na Ásia. Mas interessa mais concretamente o trabalho na Organização Mundial do Comércio e nas Nações Unidas.

## BOLÍVIA E VENEZUELA

Antes de tratar de matéria mais específica, quero me referir de forma muito franca a algumas questões regionais cujo elemento também importante é a relativa estabilidade política. Temos governos democraticamente eleitos. Nenhum governo ditatorial na região. Não há conflitos regionais maiores. Os que existem são de muito pequena monta, bilaterais, passíveis de solução. Então diferentemente de outras regiões do mundo, a respeito das quais por razões diplomáticas não quero me manifestar - mas basta olhar para outras regiões do mundo veremos que essas condições imateriais, também tão importantes, muitas vezes não existem.

Para nós existem duas questões - o energético e o de infra-estrutura - que na Comunidade Sul-americana de Nações poderão ter um papel semelhante ao que o Acordo do Carvão e do Aço teve para a construção européia. Portanto, temos de desenvolver uma grande rede de interligação energética da região, que nos permita garantir esse crescimento importante que as nossas economias começam a ter e que precisam estar articuladas. Há países que estão vivendo de forma aguda, não a perspectiva de uma crise energética daqui a cinco, seis anos, mas uma crise energética atual. O Uruguai, por exemplo, é um deles, o Chile é outro.

Portanto, é importante encontrar uma solução global que pode ser encontrada aqui mesmo, na medida em que há grandes reservas de petróleo da região e estão sendo exploradas. A nossa Petrobrás explora e está presente em praticamente todos os países onde há petróleo. Existem reservas de gás gigantescas, na Bolívia, Venezuela e Brasil. Evidentemente tivemos que acelerar a prospecção e exploração em função dos acontecimentos mais recentes. Temos a possibilidade de ampliar os acordos de produção de energia elétrica e hidroelétrica, além dessa nova fronteira que se abre com a produção de etanol, biodiesel e Hbio, rubricas que começam a interessar inclusive a países petroleiros, como a Venezuela, porque ajudarão a dar mais qualidade ao petróleo venezuelano e um impacto social muito grande, porque também são grandes geradoras de emprego.

Outro elemento é a infra-estrutura. Nós começamos a fazer um pouco isso, nos beneficiando inclusive da existência da Iniciativa para a Infra-estrutura Sul-Americana, selecionando alguns projetos prioritários e avançando em algumas coisas. Está em construção a transoceânica que ligará o Peru ao Atlântico, passando pelo Brasil, e queremos criar uma rede de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, que possibilitem maior integração, e uma presença mais efetiva no mundo. Essas obras terão um impacto muito forte. Pela sua natureza, são grandes empregadoras de mão de obra, portanto vão atacar diretamente o desemprego e criar mercado. Segundo, vão nos dar competitividade, porque hoje muitos dos nossos produtos não têm a competitividade necessária. Eles vão perdendo a competitividade no leito das más estradas, nos portos inadequados, nos aeroportos mal equipados, na falta de ferrovias, etc. Entre outras coisas elas também vão possibilitar a interiorização da América do Sul, porque a América do Sul ainda está muito polarizada entre Atlântico e Pacífico e, portanto, usufruir melhor os recursos internos.

Um grande projeto para a Comunidade Sul-americana envolve cadeias produtivas, e a possibilidade de associar empresas é uma coisa que os empresários vão ter que fazer. Quando muito, o que a comunidade ou os países integrantes farão será facilitar créditos, conceder isenções fiscais para estabelecer cadeias produtivas que possam, entre outras coisas, beneficiar países. É possível a gente avançar um pouco nessa direção na indústria de fármacos, naval e na de armamentos, mas evidentemente está aberto para outras possibilidades.

Uma discussão tecnicamente ainda não amadurecida, é criar instrumentos financeiros que poderiam ser desde um Banco do Sul, como alguns chamam, ou uma espécie de metamorfose da importante Corporação Andina de Fomento, ou até a compatibilização de uma série de políticas. Por exemplo, no nosso governo restabelecemos os convênios de crédito recíproco, que resolvem em grande medida o problema das garantias da comercialização porque se faz em moeda nacional. Recentemente, os ministros da Fazenda do Mercosul concordaram em começar a comercializar seus produtos nacionais em moeda nacional e não mais em dólar, o que vai permitir um barateamento muito grande.

Estudam-se outros mecanismos de ordem financeira. Ainda não se trata, evidentemente, de colocar na ordem do dia uma moeda única ou coisas desse tipo, mas de aprimorar mecanismos, até porque essas coisas levam muito tempo. Quantas décadas depois do início Maastricht surgiu na União Européia? Ainda que ela parta dessa assimetria comercial, a comunidade vai querer aprofundar a dimensão comercial, em alguns projetos haverá também um aspecto social, e vamos tratar de questões comuns no âmbito político. Isto é, criar instrumentos políticos que transcendam as reuniões presidenciais. Isso vai introduzir um tema complexo, difícil de trabalhar, a supranacionalidade.

Os nossos governos, parlamentos e Poder Judiciário normalmente têm dificuldade de enfrentar isso. Mas todos sentem que se quisermos avançar deverá ser feito seguindo o modelo europeu, na forma de instituições supranacionais, com calma e respeitando as tradições nacionais para que seja eficiente. Porque o Mercosul tal como está, um pequeno grupo de funcionários e sem orçamento, não vai funcionar, e funcionará ainda menos a Comunidade Sul-Americana de Nações. Em breve será constituído o parlamento do Mercosul, que é muito

positivo, mesmo que em um primeiro momento funcione como uma espécie de Câmara dos Lordes, um clube de debates. Para uma eficácia maior teremos de enfrentar e vencer alguns problemas.

Um é a internalização. É preciso realizar a internalização cultural, política, jurídica e legal por meio de uma política de integração. Se o conjunto da sociedade não percebe a política de integração, se o parlamento não convive com ela, se o Poder Executivo e toda a burocracia não assumem isso, não há política que prospere e para isso temos de criar instrumentos eficazes. Finalmente, também é fundamental o relacionamento do Estado com as empresas e a sociedade civil para uma efetiva parceria na sua construção. Há problemas locais, regionais, bilaterais.

**Bolívia.** Estamos convencidos de que a Bolívia é um país-chave na região, porque está situada geograficamente no interior, e tudo que lá ocorrer vai ter reflexos sobre um conjunto de países. O país vivia um processo de instabilidade enorme. Uma das primeiras tarefas que o presidente e o ministro das Relações Exteriores me confiaram foi de viajar à Bolívia acompanhar as crises e procurar ajudar na resolução dessas crises. Desde que estou no governo conheci intimamente quatro presidentes da Bolívia. O que já dá uma idéia do nível de instabilidade em que esse país vivia.

A meu juízo, a eleição do Evo Morales, independentemente do juízo que se possa fazer sobre o seu governo e se concordamos ou não com suas propostas - e não compete ao governo brasileiro dar opiniões a esse respeito - a eleição estabelece um patamar de estabilidade para o país. É um governo que tem um pouco a cara do país, diferente de outros governos que não tinham essa cara. Um dos quatro presidentes que conheci falava espanhol com muita dificuldade, porque o seu sotaque inglês era tão forte que não sei como conseguiu se eleger com aquela performance nos palanques.

Pois a Bolívia elegeu alguém com a cara dela, essa é a grande verdade. Esse governo nasce cercado de enormes demandas, algumas das quais vinham de há décadas. Não foi o Evo Morales que decidiu nacionalizar o petróleo, mas 82% da população em um referendo nacional. E na eleição presidencial todos os candidatos - da direita, centro e esquerda - defenderam essa tese. Esse era um assunto mais ou menos encerrado. Desagradou-nos profundamente uma certa pirotecnia no processo e nós fizemos o Evo Morales saber disso. Aliás, muito antes da eleição do Evo Morales informamos que não seríamos reféns do gás boliviano. Tratamos disso como uma questão de segurança energética, e tomamos as providências necessárias para o Brasil ter mais rapidamente as alternativas energéticas. Aceleramos os investimentos em gás e montamos um dispositivo para, em caso de crise aguda - que não haverá - pudéssemos rapidamente atender a todos os consumidores individuais, na área de transporte, nos lares ou na indústria.

Isso não quer dizer que não vamos continuar importando gás da Bolívia. Queremos continuar importando, e queremos negociar com a Bolívia. Se a Bolívia der condições de estabilidade e conseguir de uma forma abrangente negociar da forma que estamos propondo, podemos até fazer mais investimentos lá. Mas tudo dependerá de negociação. Nos dois últimos meses, mercê de constante aproximação, de ação diplomática e muita conversa, conseguimos avançar

e estamos otimistas, embora saibamos que num país que passa por uma transformação política tão intensa e inédita é possível ocorrerem acidentes de percurso.

O Brasil não vai renunciar a nada quanto a indenização das suas empresas e a reparação de eventuais prejuízos com a implementação dessas políticas. Alguns disseram que temos nos movido de forma medrosa e submissa. Não. Nós nos movemos de forma responsável, porque sabemos que além de qualquer outra coisa havia o tema da segurança energética do País. Nós não construímos esse modelo energético. Esse modelo energético foi construído em outros períodos, mas nossa responsabilidade era mantê-lo e garantir o provimento dos milhões de consumidores brasileiros.

**Venezuela.** Nossa relação com o presidente Chávez é boa. Ele tem um estilo diferente do nosso, é muito exuberante. Ele, sim, dá um caráter político ideológico muito forte à sua política externa, o que não é o nosso caso. E exatamente porque não é o nosso caso podemos ter relações tanto com ele quanto com o presidente Uribe. Quando Venezuela e Colômbia entraram num conflito fortíssimo, fomos nós que ajudamos um pouco a que esse conflito se diluísse e conseguimos contar com a boa vontade dos dois.

A Venezuela hoje é um grande parceiro do Brasil, nosso comércio cresceu exponencialmente e pode crescer mais. Esse ano poderá chegar a US\$ 6 bilhões. As possibilidades para investimentos brasileiros lá são enormes. Quem apostou há muito tempo, como empresas de construção civil e de serviços, e na área industrial, sem dúvida estão se dando muito bem. Os problemas serão resolvidos por eles mesmos, não tem outra solução. Como país sul-americano apoiamos a demanda da Venezuela integrar o Conselho de Segurança, como membro provisório, não permanente, nos próximos dois anos. Em alguns casos discordamos de pronunciamentos um pouco exuberantes do presidente Chávez, mas mantemos uma boa relação com ele. Não só uma boa relação política, mas o presidente também mantém uma boa relação pessoal com o presidente Chávez. Enfim, quem escolhe o presidente da Venezuela são os venezuelanos, da mesma forma que o nosso nós vamos escolher o daqui.

MÁRIO – O professor Marco Aurélio Garcia foi muito completo, realmente abordou todas as grandes questões da nossa política interna.

## O DEBATE

ARTHUR ALMEIDA – Eu sou do Sindicato de Empresas de Refeição Convênio. A respeito do fechamento da fábrica da VW em São Bernardo do Campo, e quando trata de subsídios, não é o caso do professor Amaury colocar nessa questão os subsídios agrícolas que países do Primeiro Mundo tão fortemente praticam? Por fim, o professor Marco Aurélio Garcia disse que a nacionalização do gás e do petróleo não foi uma decisão de Evo Morales, e sim do povo boliviano, anterior a Evo Morales. Se já existia essa decisão, o que justificaria os investimentos do Brasil nesse campo naquele país? Será que esses investimentos seriam feitos apostando-se na instabilidade a que o senhor fez referência?

SÉRGIO REITTER – Sou secretário executivo da Câmara Brasil-Israel. E pergunto sobre a tríplice fronteira. Com o crescimento do fundamentalismo islâmico no mundo nos últimos anos, essa região ganhou grande notoriedade. Eu queria saber quais os planos do governo brasileiro para essa região num eventual governo Lula e qual a opinião do Marco Aurélio sobre a eventual instalação de uma base norte-americana na região.

MÁRIO – Antônio Jorge responde e depois passo a palavra final ao professor Marco Aurélio.

## FORÇAS ARMADAS E MERCOSUL

ANTÔNIO JORGE – Muito obrigado pela leitura atenta e as críticas ao texto. Vou responder às críticas e perguntas. Vou começar pela questão da deterioração nas Forças Armadas e o que o professor Amaury apontou com relação a necessidade de uma discussão estratégica sobre as nossas Forças Armadas. Essa deterioração começou durante o regime militar e se acentuou nos últimos governos, mas a sociedade brasileira ainda não disse o que quer de suas Forças Armadas. Eu discordo de que haja uma crise conceitual. Os militares têm uma clareza muito grande sobre para qual uso fazer das Forças Armadas. A guerra é um fenômeno horroroso, as pessoas preparadas para fazer a guerra são preparadas para matar. Então é preciso refletir com muito cuidado a respeito dessa idéia de multifuncionalidade. Talvez seja a única discordância ao professor Amaury. Polícia é outra coisa, funciona de maneira diferente. As Forças Armadas brasileiras estão, sim, se preparando para atuar em situações que a Constituição determina como garantia da lei e da ordem, mas isso é o reconhecimento de uma realidade. Há uma crescente demanda para atuar nessa área. É melhor que estejam preparadas e alguma experiência vem sendo adquirida no Haiti, por exemplo, mas não quer dizer que deva ser a missão das Forças Armadas. Pessoalmente sou contra, essa é a posição oficial do governo e nesse caso concordo plenamente com o discurso oficial. Entretanto, a deterioração é um fato. A sociedade brasileira ainda não se reconciliou com as Forças Armadas, e não parou para refletir. Nós estamos fazendo contratos com gerações de estudantes que entram nas academias, fazendo um “contrato” com a Nação brasileira pelos próximos 30 anos. Não sabemos qual o tamanho que queremos para as Forças Armadas. Emocionalmente, ainda não conseguimos enfrentar os traumas que restaram do regime de 64, na sociedade e entre os militares. Um dia precisamos parar, olhar para trás e ver acertos e erros. Durante o regime militar houve muitos acertos, como no atual governo há acertos e erros. Todo governo que realiza acerta e erra. É preciso entender isso para alocar os recursos nessa área com uma visão de longo prazo, o tipo de Forças Armadas que queremos, e assim por diante.

Com relação à política externa brasileira, o professor Marco Aurélio colocou de maneira muito precisa as prioridades. Uma das grandes contribuições da política externa brasileira, e acentuada nesse governo - pelo menos essa é a percepção de analistas -, é a de possuir valores. Uma das contribuições que podemos dar ao mundo é a da solução pacífica de controvérsias, da atuação no multilateralismo, da solução negociada de fronteiras. De fato, democracia é um valor nosso também. Temos as nossas peculiaridades, como qualquer país terá no seu conceito de democracia. Mas há aqueles requisitos mínimos e que, felizmente, nós absorvemos. Foi um

aprendizado longo, tortuoso, difícil, duro e caro para a sociedade brasileira - mas isso é parte dos nossos valores.

Já com relação ao livre mercado, tenho minhas dúvidas. Minha impressão é de que uma parcela da sociedade brasileira, aquela mais integrada às redes globais de produção, tem isso como seu valor; outra parcela da sociedade brasileira não tem. Então isso se manifesta de maneira dicotômica, naturalmente, na política externa. Portanto, a percepção de que existe uma ideologização na política externa brasileira é um dado da realidade política. Pode não ser verdadeira e, neste caso, há um erro de comunicação no modo como o governo expressa os seus resultados.

Quanto ao Mercosul, vamos tocá-lo para frente, tornando-o o núcleo duro do que seria uma integração mais ampla da América do Sul. A grande vitória do Mercosul é a mudança de padrão de relacionamento entre Brasil e Argentina, deixando de ser rivais e inimigos, para ser parceiros, com todos os atritos normais de um casal. Não há como evitar: aumenta o contato, aumenta o atrito. Do ponto de vista da integração regional, há uma série de projetos corretos que agora começam a ser implementados. Criar integração, saídas para o Pacífico, etc, está no plano de governo do Collor de Mello e foi à primeira vez que se falou nisso. Fernando Henrique criou os seus dois planos plurianuais: *Avança Brasil e Brasil em Ação*, incorporou estes projetos e os colocou em marcha. É preciso que se dê continuidade. Prova do grande amadurecimento político da nossa sociedade é um governo, com posição ideológica distinta, que reconhece o que deve ser continuado.

Com relação a Alca, os temas relevantes são e devem ser tratados na OMC. Em parte, a Alca não avançou por isso. Há problemas também com os Estados Unidos, não resta dúvida, que não reduzem os prejuízos específicos que apontei. Ou seja, do ponto de vista da nossa inserção na economia internacional, isto é, das cadeias produtivas globais, ao evitar uma aproximação mais intensa com os Estados Unidos, perdemos uma oportunidade de acelerar. Do ponto de vista de acesso a mercados há uma assimetria -- isso é uma realidade. Neste caso, vamos absorver isso, é um prejuízo, é decorrência das escolhas que nós fizemos.

MÁRIO – Antônio Jorge colocou a questão dos analistas e a crítica do pessoal acadêmico. No setor empresarial essa percepção da ideologia tem relação com a questão de ousadia versus leniência, dependendo do parceiro. Por exemplo, é evidente a ousadia na questão dos Estados Unidos, ou da própria OMC, em que os inimigos são países desenvolvidos. Na questão da Argentina, a negociação do mecanismo de adaptação competitiva durou mais de um ano, durante o qual o setor empresarial nunca teve acesso a nenhum papel oficial e nunca viu um documento sobre esse assunto que, aliás, lhe diz respeito diretamente. É uma leniência desnecessária. Não houve nenhuma consulta ao setor empresarial para o ingresso da Venezuela no Mercosul. A questão com a Bolívia e, até mesmo, a com o Uruguai. O fato de o Brasil ser tão favorável às teses argentinas - e isso se viu com a omissão do Brasil na questão das papeleiras -, certamente tem muito a ver com a atitude do Uruguai. Na questão da China demoramos em aplicar as salvaguardas permitidas pela normativa internacional, prejudicando o empresário diretamente afetado. Faço este comentário porque a falta de consulta foi crucial. Em relação a OMC, a consulta foi muito direta, mas, aí, os efeitos são de médio e longo prazos. Como nas

questões de efeito imediato não houve consulta, restou a percepção de que houve uma certa geopolítica, uma certa politicagem.

## FORÇAS ARMADAS, PT E POLÍTICA EXTERNA

MARCO AURÉLIO –Nós estamos revertendo esse longo processo de sucateamento das Forças Armadas e, um exemplo, é a solução dada para os FX. Não se deve desprezar também a recomposição salarial das Forças Armadas. A missão ao Haiti, que é um evento programático, tem grande importância, porque permite às Forças Armadas estarem presentes em uma situação importante do ponto de vista da segurança coletiva, e possibilitar, principalmente, uma grande articulação com outras Forças Armadas da região. Nós nos saímos muito bem, e projetamos comandantes de altíssima qualidade militar, que talvez o Brasil não tivesse sequer consciência de que eles existissem.

Quero deixar claro o seguinte: não há, de parte do atual governo, e anteriormente não havia da parte do PT, nenhum rancor com as Forças Armadas, ao contrário. Vários parlamentares nossos mantêm há muitos anos um diálogo muito positivo com as Forças Armadas. E por uma razão muito simples: temos que decidir se o País tem e precisa ter Forças Armadas, ou não. Não precisa de Forças Armadas de mentirinha, nem para desfile militar. Forças Armadas são necessárias, e têm que evoluir no sentido de entender quais são os novos problemas da segurança nacional, da segurança coletiva, e vamos permitir que as Forças Armadas busquem a sua identidade. Essa busca de identidade ainda não terminou, mas é um processo bem encaminhado, e um dos passos importantes para isso é a efetiva implantação do Ministério da Defesa. Os militares não têm culpa de ainda não ter mesmo um Ministério da Defesa. Talvez a culpa seja dos governos, de maneira geral, com a superposição dos três ministérios anteriores.

A Transoceânica já está sendo construída, será concluída e terá um papel muito importante. Quanto à Tríplice Fronteira, é importante dizer que tem sido objeto de enormes especulações, de que há focos terroristas, etc. etc. A cada momento surge um especialista nisso, ou planta-se uma notícia na imprensa a respeito de grandes ameaças terroristas em gestação. Por esta razão, sempre solicitamos e pedimos informação às nossas agências de inteligência, ao Estado Maior das Forças Armadas, à Polícia Federal: onde estão os terroristas? E essa informação nunca chega. Existe uma grande preocupação em tentar intoxicar - para usar uma linguagem do serviço secreto, manter um certo clima de histeria, talvez para suscitar a idéia de uma base militar estrangeira, que não haverá. Não haverá porque o governo brasileiro não permitirá isso de maneira nenhuma e, tenho a mais absoluta convicção, de que os outros governos também não vão permitir. Nós podemos, perfeitamente, cuidar da nossa segurança coletiva. Não precisamos da proteção de ninguém, até porque essa proteção, muitas vezes, é mais complicada, cria mais problemas do que resolve.

É óbvio que a política externa é uma política que também projeta valores. E, quanto a isso, nós procuramos projetar valores. Quando desencadeamos essa operação internacional contra a fome, que agora desembocou numa Central de Medicamentos, e quando nós defendemos o multilateralismo, hoje um valor supremo. Não existe valor mais importante do que defender



o multilateralismo no plano internacional. Eis que corresponde, de certa forma, em defender o Estado de Direito no plano nacional. Sem multilateralismo o mundo se transforma numa anarquia total, um país manda porque acha que pode mandar; muitas vezes tem força para fazê-lo. E tem a questão ligada aos direitos humanos. Como só se falou nas derrotas, tivemos uma grande vitória. No Conselho de Direitos Humanos, o novo organismo das Nações Unidas, o Brasil foi o segundo mais votado do mundo e o primeiro da América Latina, para membro desse conselho -- um reconhecimento da política que praticamos. Mais do que o reconhecimento à política efetiva é o reconhecimento à forma pela qual nós temos levantado esses valores, que são simbólicos, é verdade, mas não menos importantes.

Sobre o problema da percepção da ideologização da política externa brasileira, vamos tentar nos entender. Pode parecer cabotino, mas, de todo modo, nossas pesquisas internas dizem que um dos aspectos mais valorizados do governo é a política externa. A política externa se transformou num valor coletivo no País, em setores muito amplos, e está entre os três itens mais valorizados pela sociedade brasileira. E para mim é absolutamente surpreendente que a população brasileira se preocupe com a política externa.

Embora afastado da academia, eu a frequênto, dialogo muito e noto, em muitos setores, um apoio entusiástico à política externa. Isto na UnB e em outros centros de excelência como o IUPERJ, o IPRE no Rio de Janeiro. Na minha opinião, devemos estar de acordo no seguinte: não é que alguns setores considerem a política externa ideologizada, etc. É que eles não concordam com a política externa, e têm uma ideologia diferente. Isso é normal, e democrático. Pessoas não gostam da política econômica, outras não gostam da política cultural, outras não gostam da política educacional, é normal. Ruim é tentar estigmatizar e, neste caso, houve uma operação muito particular. Ou seja: como sou uma pessoa de tradição de esquerda, então diziam: “ele é que está contaminando a política externa”. É uma frivolidade. Ao contrário, sempre estive absolutamente solidário à política externa que, em primeiro lugar, é atribuição do presidente e, em segundo lugar, é executada com muita competência pelo Itamaraty. Então, isso aí, é futrica.

Que as pessoas assumam, afirmando: “não estamos de acordo com a política externa, e não estamos de acordo por tal ou qual razão, porque pensamos que devemos fazer uma aliança privilegiada com os Estados Unidos, que nós devíamos ter assinado a Alca, etc. etc”. Mesmo no caso da Alça, lembro um detalhe importante: parte dos setores empresariais queria a Alca; outra parte não disse nada. E não se manifestou porque tinha consciência de que a Alca a destruiria, e significaria a destruição de setores importantes. O México não tem mais nenhum banco nacional e, no Brasil, provavelmente desapareceriam os nossos poucos bancos nacionais, que são importantes, e é importante que sejam nacionais. Não tenho nada contra o capital estrangeiro, mas é fundamental que tenha capital nacional.

No setor de serviços alguns sobreviveriam, outros até tirariam proveito, mas muitos desapareceriam. A Alca poderia parecer bonito porque é um acordo com os Estados Unidos, país mais desenvolvido, globalização, etc. Em nenhum momento tivemos uma atitude ideológica em relação a Alca. Nossa pergunta era simples: aonde está o interesse nacional? Os Estados Unidos defendem o interesse nacional de uma forma extraordinária, e por isso não dão acesso

ao mercado deles. Por quê? Porque eles protegem a sua agricultura, tem interesses, muitos deles paroquiais, mas sabem onde lhes aperta o sapato. Vá, agora, o presidente (Bush), às vésperas da eleição (parlamentar), tirar os subsídios para ver o que acontecerá na eleição da bancada no Senado e na Câmara dos Deputados. Por esta razão, temos que encarar isso de forma muito concreta e prática.

O mecanismo de adaptação competitiva com a Argentina foi conduzido, em grande medida, pelo ministro Furlan, com uma interlocução permanente com o setor empresarial, ele que tem sido um defensor muito forte dos interesses do setor empresarial, sempre entendendo que esse interesse precisa coincidir com o interesse nacional. Eu não conheço detalhes, mas temos feito as grandes negociações em conjunto com os outros setores da sociedade brasileira.

Não foi o Brasil que autorizou o ingresso da Venezuela. Foi o Mercosul que autorizou. É um processo que ainda vai avançar. Mesmo na questão da China, as salvaguardas foram utilizadas no momento devido. Li e ouvi, que nós estávamos tendo déficits com a China, e que perdíamos no comércio para a China, quando é exatamente o contrário. Nosso superávit com a China é cada vez é maior e, agora, será ainda maior com a assinatura do acordo para a venda de 100 aviões da Embraer, o que significa uma operação de quase US\$ 3 bilhões. Evidentemente, no mundo moderno e da competição, alguns setores sempre ganham, outros perdem. Se todos acham que vão ganhar todo o tempo, não é bem assim.

Qual é a essência da abertura? Não faz parte do meu ideário. Mas, enfim, o que se tem dito? Abrir o país é bom porque força os setores a se tornar competitivos. Muito bem, em determinados momentos isso existe. O governo deve proteger, condicional e temporariamente, aqueles setores que podem ser afetados por um processo como esse, do comércio com a China. Por isso, temos a cláusula das salvaguardas, e a possibilidade de utilizá-las.

Finalmente, ousadia e leniência. Não acredito que devamos ser mais ousados com países fracos e lenientes com os fortes. Deve ser, talvez, o contrário: mais compreensivos em relação a países menores e mais duros na relação com países grandes. De qualquer maneira, em nenhum momento abrimos mão das prerrogativas do Brasil na Bolívia. Depois da aprovação da lei (de nacionalização), os investimentos brasileiros foram suspensos e, sempre dissemos aos nossos interlocutores bolivianos, que estaríamos dispostos a fazer investimentos, nos associar a eles, desde que tivéssemos absoluta garantia. Por mais simpatia que pudéssemos ter pelo governo boliviano, o governo brasileiro não tem direito de jogar dinheiro pela janela: é dinheiro do povo brasileiro, e a Petrobrás, é uma empresa estatal e, outras empresas que estavam investindo lá, por critérios privados, seriam muito mais rigorosas na sua avaliação, como de fato o foram.

Como poderá ser no futuro nosso relacionamento com a Bolívia? Se a Bolívia constituir um quadro estável, e nós esperamos que constitua, de marco regulatório, garantias efetivas para investimento, estamos dispostos a ajudar a que os bolivianos agreguem valor a seus produtos. O que não é possível é a Bolívia passar a vida inteira fazendo o que sempre fez: primeiro exportou prata, depois exportou ouro, depois exportou cobre, depois exportou estanho, agora está exportando gás. Por isso a Bolívia é cada vez mais pobre. Nós queremos saber se queremos

um país pobre e instável ao nosso lado, ou um país rico, equilibrado do ponto de vista social, que seja fator de estabilidade para a própria região. Esse é o elemento fundamental.

Entendo os setores da oposição, pois o papel agüenta tudo. Não é o caso do nosso debate aqui, extremamente racional e claro. Enfim, certos setores cobraram de nós rigor e energia com a Bolívia que não tiveram com outros países do mundo. Vamos continuar nessa linha, porque interessa, basicamente, o interesse nacional e, mais particularmente, o problema da segurança energética do nosso País. O País não pode parar de uma hora para a outra, e os bolivianos sabem, perfeitamente, que dependem mais do nosso mercado do que nós dependemos da provisão de gás deles.

MÁRIO – É importante o senhor saber, professor Marco Aurélio, que a sua contribuição foi inestimável.